

Anais do

7

ENCONTRO DE ESTUDANTES DA EXTENSÃO DA PUC GOIÁS

"Contribuições da Extensão Universitária na coprodução
e popularização da Ciência, da Tecnologia e da Arte"

Org.

Thais Alves Marinho

2015

**8 E 9
DEZEMBRO
2015**

Auditório da Escola de Formação
de Professores e Humanidades

www.pucgoias.edu.br

Realização _____

Apoio _____

Pró-Reitoria de
Extensão e
Apoio Estudantil



**PUC
GOIÁS**



FAPEG
Fundação de Amparo à Pesquisa
do Estado de Goiás



Thais Alves Marinho (organizadora)

Iracema Gonzaga Moura de Carvalho (coordenadora)

Anais do 7º Encontro de Estudantes da Extensão da PUC Goiás

1ª Edição

Goiânia

Edição do Autor

2015



7

**ENCONTRO DE
ESTUDANTES DA
EXTENSÃO DA
PUC GOIÁS**

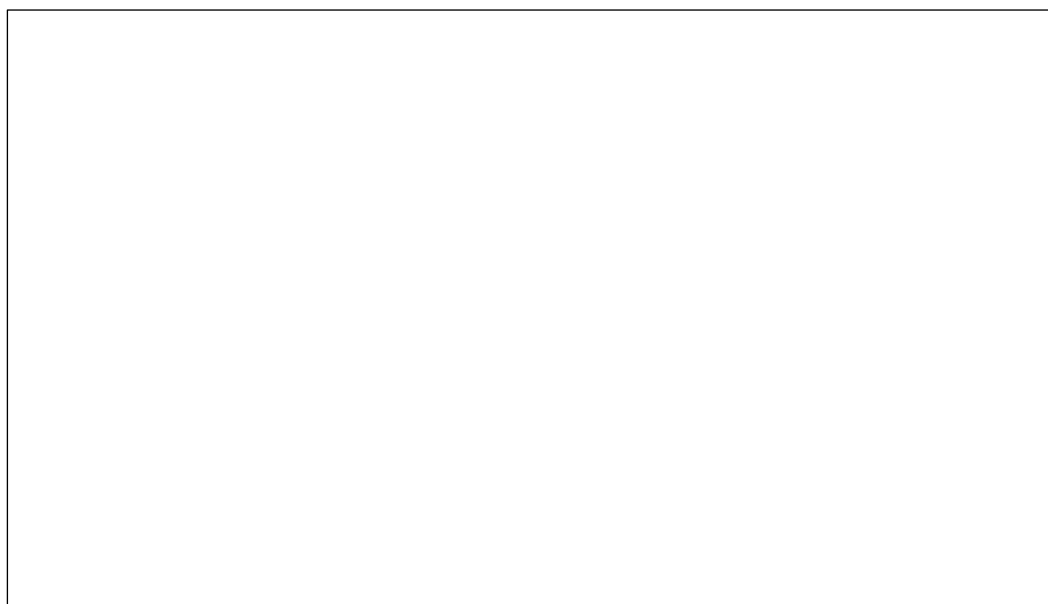
*"Contribuições da Extensão Universitária na reprodução
e popularização da Ciência, da Tecnologia e da Arte"*

Auditório da Escola de Formação
de Professores e Humanidades

**8 E 9
DEZEMBRO
2015**



**PUC
GOIÁS**



Ficha Técnica

REALIZAÇÃO:  

APOIO: 

COMISSÃO ORGANIZADORA

Pró-Reitora de Extensão e Apoio Estudantil – Prof^ª Dr^ª Márcia de Alencar Santana
Assessoria - Pró-Reitoria de Extensão e Apoio Estudantil – Prof^ª Ma. Eliani de Fátima Covem Queiroz; Prof^ª Ma. Juliany Gonçalves Guimarães de Aguiar; Profa. Larissa Machado Elias; Prof. Leônidas Albano da Silva Júnior; Prof^ª. Dra. Nicali Bleyer Ferreira dos Santos, Profa. Ma. Janira Sodrê Miranda.

Coordenação de Extensão – CDEX – Prof^ª Ma. Janaina Cristina de Jesus; Prof. Ma. Ráquia Rabelo Rogeri; Profa. Ma. Viviane Pacheco; Profa. Ma. Suely Amado.

Programa de Direitos Humanos – PDH – Coordenadora Prof^ªMa. DenizeDaudt Santos Bandeira

Programa de Educação e Cidadania – PEC – Coordenador Prof. Me. Adilson Alves da Silva

Programa de Gerontologia Social – PGS – Coordenadora Prof^ª Dra. Lisa Valéria Vieira Torres

Programa Interdisciplinar da Mulher – PIMEP – Coordenadora Prof^ªDnda. Gabriella Assumpção Alvarenga

Programa em Nome da Vida – PNV – Coordenadora Prof^ª Dra. Iracema Gonzaga Moura de Carvalho

Programa de Referência em Inclusão – PRIS – Coordenadora Prof^ª Ma. Marcia Helena Santos Curado

Programa de Estudos e extensão Afro-brasileiro – PROAFRO – Coordenadora Prof^ªMa. Janira Sodrê Miranda

Programa Socioambiental – PROSA – Coordenadora Prof^ªMa. Helaine da Mota Santos Resplandes

Instituto Dom Fernando – Coordenadora Elizabete Bicalho e Profa. Dra Thais Alves Marinho

Coordenação de Arte e Cultura – CAC – Coordenadora Profa. Elizabeth Bicalho e Levy Silverio

Coordenação de Assuntos Estudantis – CAE - Coordenador Valterci Vieira

COMITÊ CIENTÍFICO

Prof^ª. Dra Thais Alves Marinho - IDF e demais membros da Comissão Organizadora



Apresentação

A Pró-Reitoria de Extensão e Apoio Estudantil da Pontifícia Universidade Católica de Goiás realiza anualmente o Encontro de Estudantes da Extensão da PUC Goiás, em 2015 está em sua sétima edição. O amadurecimento do evento possibilitou a organização de uma Mostra Acadêmico-Científica da Extensão e o Encontro com os parceiros da Extensão Universitária. O tema desse ano versa sobre as “Contribuições da Extensão Universitária na coprodução e popularização da Ciência, da Tecnologia e da Arte”.

Período do evento: 08/12 e 09/12

Local: Escola de Formação de Professores e Humanidades – Área VI, PUC Goiás.

Endereço: Rua 227, Qd 66, Nº 3669 – Setor Universitário (em frente à Faculdade de Enfermagem da UFG)

Certificado: Será emitido certificado de 16h aos participantes do evento

Público Alvo:

- ✓ Acadêmicos vinculados ou não à extensão da PUC Goiás.
- ✓ Professores da Educação Superior e estudantes e professores da Educação Básica.
- ✓ Gestores Públicos.
- ✓ Pesquisadores de diversas áreas.
- ✓ Membros da sociedade civil organizada.
- ✓ População atendida pelos Programas de Extensão e comunidade em geral.

Programação

- Dia 8 de Dezembro (Terça-feira)

18:00 – Credenciamento

19:00 – Abertura Solene – Apresentação Cultural

20:00 – Conferência: “Contribuições da Extensão Universitária na coprodução e popularização da Ciência e da Arte” – Prof. Anita Resende(UFG)

- Dia 9 de Dezembro (Quarta-Feira)

08:00 – Apresentação de pôsteres (organizados a partir dos eixos temáticos)

09:00 – Painel: Pesquisa na Extensão da PUC Goiás E Contribuições para o Desenvolvimento Humano e Local

11:00 – Lançamentos de Livros

12:00 – Almoço

13:30 – Workshops

16:30 – Lanche

17:00 – Encontro com parceiros da Extensão

ANAIS DO SIMPÓSIO 7º ENCONTRO DE ESTUDANTES DA EXTENSÃO DA PUC GOIÁS

Thais Alves Marinho

O 7º Encontro de Estudantes de Extensão da PUC Goiás contou com 468 inscrições, de estudantes, professores, profissionais, entre outros. Foram apresentados na ocasião 27 pôsteres por estudantes vinculados às atividades de extensão e 7 papers no painel temático, que comporam a mostra Acadêmico-Científica da extensão. Os Anais do 7º Encontro de Estudantes de Extensão da PUC Goiás apresenta os resumos expandidos de 11 estudantes e 2 *papers* da mostra Acadêmico-Científica da extensão.

- **Eixo: Educação, Arte, Diversidade Cultural e Social**

A Produção Circense no Estado de Goiás - Felipe Bonfim (PUC Goiás/IDF /Relações Internacionais) 09

A Prática da Psicologia Escolar em uma Escola Particular do Município De Aparecida De Goiânia - Raissa Ferreira Ávila; Carolina Duarte; Dnda. Juliana Hannum – (PUC Goiás/PRIS/ Psicologia) 14

Perspectivas e Possibilidades da Educação Superior para Formandos Em Uma Escola de Jovens e Adultos - Ana Paula Alves Alves Moraes; Joseane De Oliveira; Juliana Hannum (PUC Goiás/PRIS/Psicologia) 18

Sexualidade na Infância: Formação De Professores - Ana Claudia da S. Gonçalves; Sheila R. Sanches Monteiro (PUC Goiás/ Psicologia) 23

- **Eixo: Políticas Públicas, Movimentos Sociais e Desenvolvimento Regional e socioambiental**

Saúde do Trabalhador em Educação - Ressignificação do Sofrimento Psíquico dos Profissionais da Educação do Município de Goiânia- Ronaldo Gomes Souza; Júlia Mello Pargeon (PUC GOIÁS/PNV/ Psicologia) 27

- **Eixo: Direitos Humanos, Ciências e Formação Acadêmica**

Exposição Fotográfica Negro Olhar - Omôni Kiampiuki - Alessandra Soares Ramos; Elson Rodrigues; Maria das Neves Jardim de Deus (PUC Goiás/PROAFRO/ Letras) 36

- **Eixo: Infância, Adolescência, Juventude, Família e Desenvolvimento Social**

Contribuição do Instituto Dom Fernando para a articulação da rede dos equipamentos sociais - Gabriela Vieira Coimbra; Lucas Reichembach; Thereza Rachel Chaves Cruvinel (PUC Goiás/IDF/Fonoaudiologia) 40

- **Eixo: Ciência, Tecnologias Sociais e Inovações para a Inclusão Social**

O Empoderamento dos Pais Frente ao Diagnóstico de Síndrome de Down - Karin Yuriko Branquinho Bittar, Dnda Juliana Santos De S. Hannum (PUC Goiás/PRIS/Alfadown/ Psicologia) 44

Inclusão Social de Pessoas com Síndrome de Down: Experiência Familiar no Âmbito Escolar - Allane Samire soares silva (PUC Goiás/ PRIS/Projeto Alfadown/ Psicologia) 47

Nível de Satisfação Atribuído por Pais/Cuidadores de Crianças à Participação no Projeto Aprender a Pensar (Pap)-Bruna Nery Rosa; Camila A. Gontijo J. de Matos; Caroline Leonel Maia; Debora Nunes Santana; Kamila C. Colaço; Lidiana Peres dos Santos (PUC Goiás/PRIS/PAP /Psicologia) 50

Vestibular Social da PUC Goiás – PVS: História e Memórias de Trajetórias escolares de Ingressantes a Diplomados. -Tales Damascena de Lima (PUC Goiás/ PROAFRO/CAE/ História) 55

- **Painel: Pesquisa na Extensão da PUC Goiás e contribuições para o Desenvolvimento Humano e Local – Auditório da EFPH**

As Dinâmicas da Família Contemporânea e a Extensão Universitária – Prof. Dra. Thais Alves Marinho (Instituto Dom Fernando/Proex/EFPH) 58

Escola de Formação da Juventude: Diversidade, Protagonismo, Trajetórias, Transformações e Percursos de Paz – Esp. José Fernando Duarte (Instituto Dom Fernando/Escola de Formação da Juventude) 80

- Eixo: Educação, Arte, Diversidade Cultural e Social

A PRODUÇÃO CIRCENSE NO ESTADO DE GOIÁS

Felipe Bonfim¹

RESUMO

Este estudo visa apresentar, de forma inicial, o significado de economia criativa. Para demonstrar a relevância desta área dentro da nossa sociedade será exposta a abrangência que a atividade de circo, uma das muitas ramificações da economia criativa, possui dentro do estado de Goiás. Para isso utilizaremos dados, coletados e extraídos pelo Observatório de Economia Criativa da UFG – OBEC/UFG em parceria com o projeto de iniciação científica: Laboratório de Economia Criativa da PUC-GO, orientado pela professora Dra. Thais Marinho. Estes dados oferecerão a oportunidade do leitor analisar o mercado que o circo movimenta dentro de Goiás, qual a importância deste comércio para a vida desses cidadãos e quais as principais regiões incidentes destas atividades. Por fim, a intenção deste resumo é a de divulgar a economia criativa, reconhecendo a mudança que esta área da economia pode proporcionar para muitas regiões do estado e da nação.

Palavras-chaves: Economia criativa; cultura circense; geração de capital.

INTRODUÇÃO

Para iniciar a discorrer sobre o assunto primeiramente deve-se conceituar o termo economia criativa. Sendo um pouco direto, podemos utilizar o conceito pensando pela UNCTAD, que diz que a economia criativa aborda temas relacionados às atividades econômicas de forte componente artístico, sendo qualquer atividade que gere renda a partir de produtos simbólicos com base na propriedade intelectual. Ao analisarmos todas as ramificações desta área econômica, dentro do estado de Goiás, podemos perceber o tamanho do capital que ela movimenta. A partir disso será exposta a área da cultura circense, demonstrando a renda gerada para determinadas regiões do estado.

Se faz necessário explicar como funciona a cadeia produtiva desta área econômica. A cadeia produtiva é uma forma sistêmica de representar a produção de bens, sendo basicamente dividida em: fornecedor, processador, distribuidor e consumidor final. O fornecedor dentro da

¹ Acadêmico do 7º período do curso de Relações Internacionais da instituição Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Email: felipebonfim94@gmail.com

Orientadora: Prof. Dra. Thais Marinho

Email: thais_marinho@hotmail.com

cadeia produtiva circense esta dividido em: insumos, serviços e financiamentos; onde insumos são: equipamento de iluminação, tecidos, equipamentos de som, material para criação de cenários, lona e estruturas metálicas; serviço se refere à montagem de estruturas metálicas e serviços de costura; e o financiamento pode ser público ou privado.

O processador esta dividido em “ocupação” e “atividade”, onde ocupação tem como núcleo de criação: professor de circo, maquiador, cenógrafo, produtor, músico, figurinista, artistas de circo (circenses), acrobata, artista aéreo, artistas de circo (outros), contorcionista, domador de animais, equilibrista, mágico, malabarista, palhaço, titeriteiro, trapezista, apresentadores de espetáculos, eventos, programas e apresentador de circo. A ocupação ainda possui como núcleo técnico: sonoplastia e técnico de iluminação. Para a “atividade” o núcleo de formação é a Escola de circo e a Escola superior de artes cênicas; enquanto o núcleo de produção é: ateliê de figurino, grupos de circo, companhia de circo, produção de espetáculo circense, atividade de circo, promoção de eventos de circo com fantoche e marionete. Após o processador viria o distribuidor que estaria dividido em “divulgação” e “espetáculo”, a divulgação é feita por meio de revistas, jornais, sites, redes sociais, flyers e outdoors; os espetáculos acontecem através de mostras, festivais, na rua e em circo itinerante. Terminada a divulgação vem o consumidor final que, neste caso, é dividido em pessoa jurídica e pessoa física.

Para finalizar, os objetivos buscados por este trabalho possuem, principalmente, um cunho social, tentando demonstrar a realidade utilizando de fatos reais, através dos dados expostos de como a cultura circense fornece renda aos nossos municípios. Sendo assim, demonstrar a importância que a preservação deste tipo de atividade econômica obtém para certas camadas da sociedade e para a população em geral.

METODOLOGIA

Esta pesquisa utiliza do método quantitativo de estudo de caso em sua produção. Este tipo de pesquisa baseia-se no raciocínio dedutivo, regras lógicas e atributos mensuráveis de experiência humana. Segundo Fonseca (2002 *apud* GERHARDT, TATIANA; SILVEIRA, DENISE, 2009, p. 33):

Diferentemente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa. A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente (FONSECA *apud* GERHARDT, TATIANA; SILVEIRA, DENISE, 2009, p. 33).

De acordo com Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa quantitativa tem como objetivo demonstrar dados quantitativamente, por isso ela acaba sendo mais restrita, obtendo um enfoque menor. Além disso, os autores ressaltam que os métodos de pesquisa qualitativa e quantitativa acabam se complementando, já que são baseados em pontos fortes e fracos.

Como já foi dito os dados que serão expostos neste resumo foram coletados e extraídos em parceria com a OBEC/UFG. A busca por esses dados se deu de forma a utilizar a ferramenta de coleta de dados RAIS – Relação Anual de Informações Sociais, que tem por objetivo prover dados estatísticos do trabalho, disponibilizar informações do mercado ao governo e controlar a atividade trabalhista do país. Para fazer o recorte setorial foi utilizado a Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE), a qual forneceu a capacidade de identificar a quantidade de empresas no setor criativo e a quantidade de empregos gerada por este setor. Para o recorte ocupacional utilizamos a ferramenta de Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) que nos permitiu identificar o número de pessoas empregadas na área criativa e sua média salarial.

A busca de dados realizada refere-se a informações coletadas no ano de 2014. Neste período havia 38 palhaços, acrobatas e afins em todo o estado, estes obtiveram uma média de R\$52.661,43, o que dividido fica em R\$1.385,83 para cada um. Já no ramo de apresentadores de espetáculos, eventos e programas existiam 46 empregados oficialmente durante o período do ano de 2014, estes possuíam uma renda média de R\$110.681,40, o que dividido entre eles dá um total de R\$2.406,11. Os dados relacionados ao vínculo CLT demonstra que, quando foi realizada a coleta de dados, haviam 113 pessoas empregadas atuando na área de artes cênicas, espetáculos e atividades complementares.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

	Empregados	Renda média
Palhaços, acrobatas e afins	38	R\$ 52.661,43
Apresentadores de espetáculo, eventos e programas	46	R\$ 110.681,40
artes cênicas, espetáculos e atividades complementares	113	Não possui
Total	197	R\$ 163.342,83

Ao analisar esta tabela podemos tomar uma base do que significa a renda circense do estado de Goiás. Vemos que a área não possui muita força dentro do estado, porém movimenta um capital significativo dentro da renda familiar, servindo como fonte econômica para determinada parcela da população. É importante ressaltar a cultura existente em torno do circo, sendo que é uma forma de lazer e diversão da sociedade. Desse modo, é uma área que poderia ser mais explorada e, conseqüentemente, gerar mais lucros. No entanto, é necessário também salientar que muitos profissionais deste ramo podem não possuir um cadastro nacional ou vínculo empregatício, o que acaba dificultando a obter dados precisos na pesquisa quantitativa.

CONCLUSÕES

O objetivo final deste trabalho é demonstrar a abrangência que a cultura do circo possui dentro do estado, apesar de não possuir uma renda tão significativa, ela ainda movimenta, diverte e alimenta muitas famílias dentro de algumas regiões. É importante ressaltar o poder de modificação que esta área da economia pode obter em âmbito local. Podendo modificar a vida de pessoas que vivem utilizando a economia criativa como fonte de renda.

AGRADECIMENTOS

Ficam os agradecimentos a Pontifícia Universidade Católica de Goiás, que tem como órgão administrador do projeto de iniciação científica “Laboratório de economia criativa” o Instituto Dom Fernando (IDF), ao Departamento de Relações Internacionais. Agradeço também a OBEC/UFG que nos forneceu apoio para a revisão bibliográfica e para realizarmos a pesquisa quantitativa.

REFERÊNCIAS



UNCTAD. **Relatório de economia criativa 2010: economia criativa uma, opção de desenvolvimento viável.** – Brasília : Secretaria da Economia Criativa/Minc ; São Paulo : Itaú Cultural, 2012.

Gerhardt, Tatiana; Silveira, Denise. **Métodos de pesquisa.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2009.

- **Eixo: Educação, Arte, Diversidade Cultural e Social**

A PRÁTICA DA PSICOLOGIA ESCOLAR EM UMA ESCOLA PARTICULAR DO MUNICÍPIO DE APARECIDA DE GOIÂNIA

AUTORES: RAISSA FERREIRA ÁVILA 1; CAROLINA DUARTE 1; JULIANA HANNUM 2

1-GRADUANDA DE PSICOLOGIA DA PUC-GO, DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA, EMAIL: raissarefinada@gmail.com ; Carolina10@hotmail.com; 2- PROFA. MESTRE EM PSICOLOGIA DA PUC-GO, EMAIL: dra.julianahannum@yahoo.com .

RESUMO

Este trabalho apresenta uma pesquisa que teve como objetivo investigar os sentidos que alunos e professores atribuem à motivação e aos estudos futuros, sendo fundamentado na perspectiva do desenvolvimento e na concepção crítica da Psicologia Escolar. O contexto da pesquisa foi uma escola particular do estado de Goiás, situada em Aparecida de Goiânia. Participaram oito alunos do nono ano do ensino fundamental, com idade entre treze e quinze anos, e cinco professores. Os procedimentos foram: observação participativa das aulas, entrevista semiestruturada com os professores e grupo focal com os alunos. A análise consistiu num processo construtivo-interpretativo que resultou em dois eixos interpretativos: a) sentidos atribuídos pelos alunos à escola e aos seus estudos; e b) significados atribuídos pelos professores à escola e aos seus alunos. Os resultados demonstraram que os sentidos produzidos por alunos e professores orientam suas ações no processo ensino-aprendizagem. Os sentidos atribuídos aos estudos futuros se orientam pela perspectiva de plano de vida, onde é necessário traçar metas que realmente sejam alcançáveis. O estudo evidenciou que a Psicologia Escolar contribui com reflexões sobre os desafios, a atuação e a importância desse profissional na escola, comprometendo-se de forma ética, responsável e consciente com a qualidade da escola particular. Palavras-chave: escola particular; estudos futuros; psicologia escolar crítica.

INTRODUÇÃO

A abordagem crítica da Psicologia Escolar (enquanto área de estudo, produção de conhecimento, atuação e formação profissional), considera que a realidade escolar é extremamente complexa e multideterminada, inspirando projetos de pesquisa e investigação. Tais estudos têm originado novas formas de compreensão para os clássicos desafios próprios do contexto escolar, como situações de fracasso, processos de ensino, aprendizagem e avaliação, dentre outros temas.

A produção de subsídios teórico-práticos da Psicologia têm possibilitado mediações mais próximas das necessidades educacionais, principalmente por considerar a escola como espaço fértil para o desenvolvimento psicológico humano. (MARINHO e ARAUJO, 2014).

Um dos desafios do profissional de psicologia é delimitar e atuar de forma mais correta dentro dos seus vários campos de trabalho, rompendo a ideia de que o psicólogo deve clinicar em todas as áreas, pois ele depende de uma rede de profissionais que estão dentro da escola além dos pais e da sociedade. Ainda não se tem uma receita pronta para o melhor funcionamento dessa instituição, contudo o caminho está na junção de todos os profissionais que atuam na instituição escolar com o objetivo de realmente uma educação eficiente.

E por oportunizar trocas e relações socioculturais, cognitivas e afetivas, necessárias ao desenvolvimento psíquico, que a escola mediatiza a transformação social por meio da “transformação das consciências”. (FREIRE, 2001)

Sendo assim, cada sujeito possui uma construção social, cultural e afetiva que o faz ter pensamentos, atitudes e comportamentos próprios, e o papel do psicólogo tem como objetivo, entender as dificuldades que as crianças encontram no processo de desenvolvimento e de aprendizagem relatados pela escola e pela família e assim trabalhar em prol da conscientização dos sujeitos, intervindo em processos subjetivos. Com o objetivo investigar o sentido que professores e alunos atribuem a motivação e ao estudo futuro embasado numa visão crítica da psicologia escolar esse presente trabalho foi desenvolvido numa escola particular de Aparecida de Goiânia.

MÉTODO

Participantes: Participaram oito alunos do nono ano do ensino fundamental, com idade entre treze e quinze anos, e cinco professores.

Procedimento: Fez-se contato pessoalmente com a escola, em seguida foi entregue a proposta a ser realizada e após autorização da mesma foi realizada as observações participativa das aulas, seguida de uma entrevista semiestruturada com os professores para a consolidação da queixa, e por fim com a queixa em mãos fez-se um grupo focal com os alunos.

Materiais: Foi utilizado caneta, papel chamex, gravador e os questionários.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesse projeto as estagiarias poderão conhecer a área da psicologia aplicada a escola, bem como seus desafios de atuação. A escola teve a oportunidade de trabalhar em conjunto com a psicologia, pois esse campo se pauta no envolvimento de todas as instâncias que copem a instituição escolar, sendo assim uma análise ampla da instituição bem suas queixas e suas potencialidades, que podem ser identificadas através do mapeamento escolar, ou seja, fazendo uma investigação em todos os níveis que formam o corpo escolar.

Após esse mapeamento foi identificado a falta de motivação dos alunos do nono ano em realizar as atividades acadêmicas, assim o grupo propôs como ação, uma roda de conversa (grupo focal), para que os alunos pudessem ser ouvidos e assim identificar através da dinâmica dos sonhos futuros as possibilidades que eles possuem frente a essa condição de desmotivação.

Com base no mapeamento realizado a equipe pedagógica vivenciou o trabalho amplo e minucioso que o profissional da psicologia pode realizar dentro da escola, contribuindo para o crescimento das relações aluno-professor e aprendizagem. E diante da queixa dos professores aos alunos do nono ano foi indicado a leitura do livro *O que é Adolescência* de Daniel Becker (2003), com o objetivo de ampliar seus conhecimentos a cerca da adolescência, visto que é uma fase do desenvolvimento humano com várias mudanças psicológicas, corporais e sociais.

Os alunos tiveram contato com futuros profissionais psicólogos e puderam reter um pouco do que a psicologia pode auxiliar no contexto escolar, e puderam ir além a seus projetos futuros através do grupo focal, que teve o objetivo de levá-los a ampliar seus conhecimentos sobre sonhos e metas alcançáveis para a vida profissional e acadêmica.

CONCLUSÕES

O presente estudo elucidou o quanto a psicologia escolar tem a contribuir, para esse contexto, onde as relações em sua maioria necessitam de um suporte para crescer de forma saudável, contribuindo para o aprimoramento do ambiente escolar. Para, além disso, faz-se necessário citar os desafios dessa área e o quanto ela ainda precisa conquistar seu espaço, no sentido de trabalhar em conjunto de forma multidisciplinar para que assim, as queixas da instituição não sejam tratadas de forma isolada e clínica e sim de forma holística, pois toda a

instituição pode contribuir para o crescimento crítico ético e moral da sociedade e de seus alunos.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Pontifícia Universidade Católica de Goiás pela oportunidade de colocar em prática a Psicologia Escolar, de maneira que o graduando de Psicologia veja quais as possibilidades de atuação desse profissional.

REFERENCIAS

BECKER, D., (2003). *O que é Adolescência*. (Coleção primeiros passos). São Paulo: Brasiliense.

BOCK, A.M., FURTADO, O. & TEIXEIRA. M.L.T (2008). A escola. Em A.M. Bock, O. Furtado & M.L.T. Teixeira. *Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia* (P. 266-281). 14 edição. São Paulo: Saraiva.

Conselho Federal de Psicologia. (2013). Eixo 3: Possibilidades de atuação da Psicóloga(o) *Referências técnicas para atuação de psicólogas na Educação Básica* na Educação Básica; Eixo 4: Desafios para a prática do Psicólogo. Brasília: CFP.

MARINHO-ARAÚJO, C.M. (2014). Intervenção Institucional: aplicação crítica e política na atuação em psicologia escolar. Em R.S.L. Guzzo (Org), *Psicologia Escolar: desafios e bastidores da educação pública* (P 153-176). Campinas, SP: Editora Alínea.

OSORIO, L. C. (1989). *Adolescente Hoje*. Porto Alegre: Artes Médicas.

OUTEIRAL, J. O. (1994). *Adolescer, estudos sobre Adolescência*. Artes Médicas.

Projeto Político Pedagógico da escola fornecido pela mesma.

Eixo: Educação, Arte, Diversidade Cultural e Social

PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA FORMANDOS EM UMA ESCOLA DE JOVENS E ADULTOS

ANA PAULA ALVES ALVES MORAIS¹; JOSEANE DE OLIVEIRA¹; JULIANA HANNUM²

1 Graduandas do Curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás do Departamento de Psicologia; Email: aninha_apam@hotmail.com.; josycampaps@gmail.com.;
2 Mestre em Psicologia da PUC/Goiás; Email: julianahannumpsi@yahoo.com.br.

RESUMO

O estágio foi realizado em uma instituição educativa para jovens e adultos. A partir das análises e levantamentos realizados, os acadêmicos elaboraram projeto de intervenção para os alunos do último ano do Ensino Médio, uma vez que os resultados mostraram ausência de estímulo e informações mesmo num mundo globalizado pela internet. A intervenção deu-se em forma de palestra com recursos visuais, dando enfoque nas possibilidades de continuidade de formação, instituições e cursos disponíveis, mercado de trabalho e profissões melhores remuneradas.

Palavras-chave: psicologia escolar, escola, intervenção

INTRODUÇÃO

O objetivo do estágio é propiciar aos acadêmicos do curso de Psicologia a vivência do ambiente escolar no contexto daquilo que a Psicologia escolar se propõe, aprimorando a sua prática, debruçando nas situações passíveis de uma intervenção que seja profissional e ética, que venha contribuir com o corpo diretivo (diretoria, coordenação), áreas de apoio e com os alunos que ali estão matriculados.

A Psicologia Escolar, em essência, de acordo com (Antunes 2007, apud Barbosa, 2012), é definida como um campo de ação determinado à escola e às relações que aí se estabelecem. Enquanto a Psicologia Educacional atua na compreensão dos fenômenos psicológicos envolvidos no processo educativo, a Psicologia Escolar se propõe a intervir nesse espaço educacional, sendo assim, um campo vasto tanto do ponto de vista da compreensão, como da intervenção para que o processo educacional se dê da maneira mais saudável possível com ganhos expressivos para ambos os lados, o que educa e o que se beneficia com a educação. Sendo assim, o papel do Psicólogo Escolar pode ser compreendido muito mais como um agente de mudanças.

Os acadêmicos fizeram uma análise institucional da escola para jovens e adultos, entrevistas com direção, coordenação, funcionários, alunos e a análise final dos dados coletados levou à demanda central, que foi a ausência de perspectivas futuras relacionadas à continuidade dos estudos após a conclusão do ensino médio. Foi sobre essa demanda que o grupo de estagiários apresentou seu projeto de intervenção, que objetivou demonstrar que a vida escolar não se limita à finalização do Ensino Médio, que é possível ir além. Sensibilizando quanto à importância da continuidade para o desenvolvimento do indivíduo enquanto pessoa, profissional e ser social.

METODOLOGIA

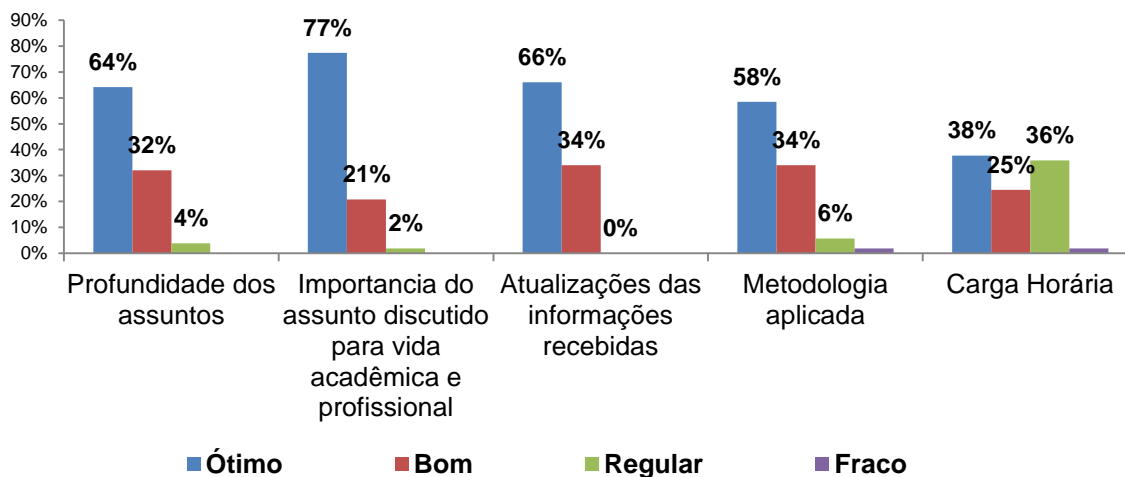
O grupo decidiu pela aplicação de entrevistas em dois formatos, não estruturado e semiestruturado e a partir da análise do coletado chegou à demanda central na qual a intervenção foi realizada, uma vez que 80% do grupo relatou não saber o que fariam em termos educacionais após a conclusão do curso, embora soubessem que ascensão pessoal e profissional estaria intrinsecamente ligadas à formação escolar.

A intervenção foi realizada através de apresentação em power point, dando enfoque e promovendo o debate acerca das possibilidades de continuidade dos estudos, ascensão na carreira, receptividade do mercado de trabalho para as mais diversas áreas de formação, salários praticados no mercado, instituições de ensino superior disponíveis e situações de bolsas de estudos possíveis. Após a conclusão da apresentação, os estagiários distribuíram uma Avaliação da Ação para que os alunos pudessem preencher. Todos que a responderam foram presenteados com uma caneta promocional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

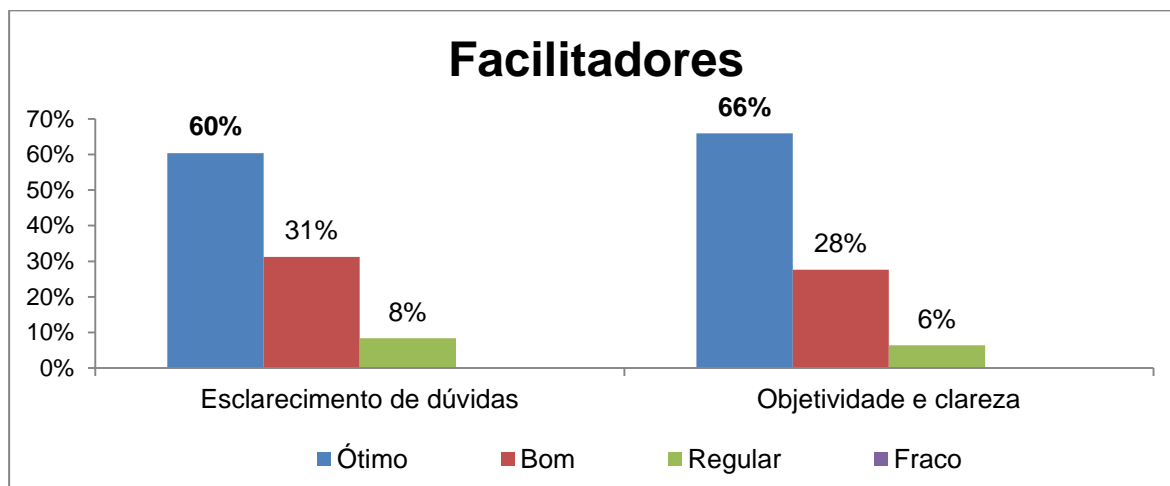
Os resultados da avaliação mostraram que com relação ao conteúdo geral do que foi apresentado, no quesito profundidade dos assuntos discutidos 64% consideraram ótimo, 32% Bom e 4% regular; Quando questionados quanto à importância do assunto discutido para a vida acadêmica e profissional dos participantes, 77% consideraram ótimo, 21% bom e 2% regular; em relação à atualização das informações que foram recebidas, 66% consideraram ótimas e 34% Bom; quanto à metodologia aplicada 58% consideraram ótima, 34% boa e 6% regular; em relação à carga horária 38% a consideraram ótima, 25% boa e 36% regular.

Conteúdo Geral

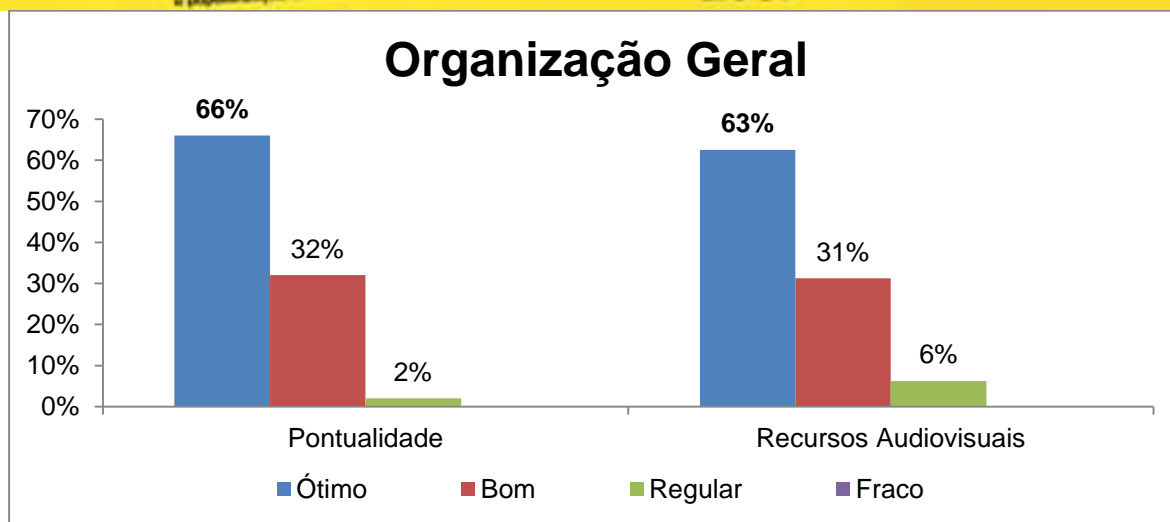


Com relação aos facilitadores (estagiários que apresentaram o tema), 60% dos participantes consideraram que eles foram Ótimos no esclarecimento das dúvidas, 31% bom e 8% regular; já em relação à objetividade e clareza empregada na apresentação, 66% consideraram ótimo, 28% Bom e 6% regular.

Facilitadores



Em relação à organização geral do evento, quando questionados a respeito da pontualidade 66% responderam ótima, 32% Bom e 2% Regular; já em relação aos recursos audiovisuais utilizados 63% consideraram ótimos, 31% bom e 6% regular.



A avaliação do evento foi respondida por 53 (cinquenta e três) participantes.

Eis alguns Comentários Relevantes na Avaliação:

- *Palestra bem objetiva e profunda;*
- *Faltou tempo para esclarecer melhor, mas a palestra foi ótima;*
- *Excelente, muitas coisas que eu não tinha nem ideia foram faladas;*
- *Muito dinâmica a apresentação;*
- *Podia ter informado tempo de curso e valor;*
- *Ficou mal concluído, muito corrido;*
- *Ausência do microfone;*
- *Ninguém falou de educação física e direito;*

O grupo considerou que em relação ao conteúdo geral da apresentação os objetivos foram alcançados apesar dois fatores terem comprometido parte do processo, o primeiro, o fator tempo, pois seriam necessários ao menos 60 minutos para a conclusão e fechamento de todo trabalho, entretanto, por situações internas, a chegada dos alunos para o início das atividades deu-se com aproximadamente 15 minutos de atraso. O segundo foi ausência de microfone, que inicialmente foi oferecido aos estagiários, mas estes entenderam que não seria necessário, entretanto, houveram outras atividades externas ao auditório, com música, o que prejudicou a audição dos participantes que sentaram ao fundo do auditório. Dessa situação os estagiários aprenderam que mesmo que se suponha que um microfone não será necessário, jamais deve descartar a presença dele, pois a necessidade de utilizá-lo pode sempre surgir.

CONCLUSÕES

No ambiente escolar existem desafios que vão para além da transmissão de conhecimentos. A psicologia tem muito a contribuir, mas deve fazê-lo respeitando e cumprindo o seu papel, permitindo que trocas sejam realizadas, ampliando as possibilidades tanto para os que dirigem a instituição, como para os que fazem uso dos serviços oferecidos. Ao final, afetar e ser afetado transformando positivamente essas relações é o objetivo.

Para os estagiários, foi uma oportunidade impar vivenciar a escola em seus diversos aspectos. Já aplicar a intervenção foi singular, primeiramente porque a própria diretoria da escola já havia informado que em geral os alunos não aderiam às atividades extraclasse, por essa razão ela estaria acrescentando alguns décimos nas notas daqueles que participassem. Pelos décimos a mais ou não, o auditório ficou quase lotado, com boa participação e alto grau de atenção da maioria durante toda apresentação. As avaliações aplicadas ao final comprovaram isso.

É relevante falar da capacidade de comunicar-se que o psicólogo, se não tem, deve desenvolver. Nessa experiência, desde o início, só foi possível capitalizar projeto e concluir com a intervenção, utilizando muito da habilidade de comunicar-se. Sem ela, pouco poderia ser realizado.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Pontifícia Universidade Católica de Goiás pela oportunidade de ir a campo unindo a teoria estuda em sala de aula com prática de estágio. À Escola que abriu suas portas para que o estágio pudesse ser realizado e por ter apoiado sem reservas a realização da intervenção. Todo processo foi um diferencial para nosso aprendizado.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, M. A., ANTUNES, M. A. M.. *Psicologia e Educação no Brasil: um olhar histórico e crítico*. São Paulo: 2003
- BARBOSA, D. R. e SOUZA, M. P. R. (2012). *Psicologia Educacional ou Escolar? Eis a questão*. Revista Semanal da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional. Vol. 16 (pp. 163 – 173). São Paulo: ABPEE.

- Eixo: Educação, Arte, Diversidade Cultural e Social

SEXUALIDADE NA INFÂNCIA: FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Ana Claudia da S. Gonçalves; Sheila R. Sanches Monteiro¹

ORIENTADORA: Profa. Ms. Juliana Hannum²

¹ Acadêmicos do Curso de Psicologia, Departamento de Psicologia da PUC-Goiás,

² Professora do Departamento de Psicologia da PUC-Goiás

Email: Sheila_monteiro18@hotmail.com, anaclaudiapt@hotmail.com julianahannumpsi@yahoo.com.br

RESUMO

A presente pesquisa teve como foco de estudo a identificação das demandas emergentes existentes dentro de um CMEI, uma instituição educacional de tempo integral da cidade de Goiânia, Estado de Goiás. O objetivo foi verificar as dúvidas sobre a sexualidade na Infância sob o ponto de vista do corpo docente. Para a coleta de dados foi realizado um grupo focal, que contou com a participação de dez professores desta instituição, que foram convidados a manifestar acerca de pontos relevantes. Os dados demonstraram que oficina proporcionou um momento de encontro com a prática dos professores, oportunizando falar de comportamentos das crianças referentes ao desenvolvimento da sexualidade, e a forma com que lidam diante dos variados comportamentos, resultando em um momento oportuno de concepção da teoria em encontro com a prática.

Palavras chave: Psicologia Escolar; Educação Infantil; Sexualidade na Infância.

INTRODUÇÃO

Para entender e pesquisar o contexto e funcionamento do CMEI (Crescer Feliz – nome fictício), foi elaborado um mapeamento institucional em busca desta compreensão, e posterior levantamento das demandas da instituição.

Andrada (2005), discutindo o papel do psicólogo escolar afirma que este precisa estar atualizado quanto às teorias do desenvolvimento e da aprendizagem, especialmente àquelas que embasam o corpo teórico da instituição em que trabalha. Sabendo disso o conteúdo aprendido nas discussões da disciplina estágio básico em escolar e o próprio conhecimento adquirido durante o curso foi usado para entender a dinâmica do CMEI.

O tema elegido para ser expandido foi a sexualidade na infância, considerando ser uma demanda das profissionais “pedagogas” do CMEI, propondo uma discussão, visto que estes estavam em formação do tema em questão, proporcionando a eles uma formação continuada, embasados no desenvolvimento da sexualidade de acordo com as fases do desenvolvimento infantil.

METODOLOGIA

Foram inseridas no contexto do trabalho 110 crianças atendidas pelo CMEI de 1 a 5 anos e 11 meses de idade, a diretora, a coordenadora pedagógica, o secretário, 5 professoras regentes, cinco monitoras de sala de aula e uma auxiliar do projeto de inclusão.

A coleta de informações aconteceu durante 8 sessões de observação de 1 hora e meia cada, durante os meses de agosto a novembro de 2015. Foram observados vários momentos do cronograma do CMEI: intervalo de recreação, momentos de brincadeira no parque, de banho, aulas expositivas, brincadeiras em sala e momento de filme. Foi utilizado também entrevista semi-estruturada com as pedagogas, monitoras e coordenadora pedagógica.

Os materiais necessários para a coleta de dados foram: caneta, papel chamex, questionário e gravador. Para a ação desenvolvida foram utilizados: data show, bombons e cartões confeccionados com frases para os participantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através da coleta de dados, foi possível identificar algumas necessidades emergentes no CMEI, entre elas a dificuldade das professoras e auxiliares diante de comportamentos agressivos de alguns alunos, assuntos relacionados a sexualidade infantil, dificuldade com atividades que exijam atenção e necessidade de parceria com os pais e professores.

Diante as demandas foi proporcionada ao CMEI uma oficina para os professores e monitores com o objetivo de complementar o conhecimento sobre a Sexualidade na infância, considerando este ser um tema em que os professores e monitores estavam em formação, com o intento de promover formação continuada, visando assim entender e compreender de forma coletiva a vivência destes profissionais sobre o assunto, dentro de sua realidade, no dia a dia.

As oficinas foram divididas em dois momentos, revezados pelos professores e monitores, participaram 5 professoras, a diretora e coordenadora pedagógica no primeiro momento, no segundo momento participaram 5 monitoras e a coordenadora pedagógica. A oficina constitui em um momento de construção de conhecimento, e de interação dos participantes com o tema exposto, trazendo de encontro com a teoria, a vivência do cotidiano.

Cada momento durou cerca de 40 minutos e foi desenvolvida pelo seguinte cronograma: Apresentação da proposta da oficina/tema, dos participantes e das estagiarias/ Exposição de vivência no CMEI, feitas pelas professoras e monitoras, através da pergunta: Como você percebe a sexualidade no seu agrupamento/turma?/ Apresentação de slides contendo imagens e tópicos a respeito do tema/ Interação da experiência das profissionais com a teoria/ Encerramento com entrega de mensagem com um bombom para cada integrante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apos as observações e as oficinas realizadas foram notórias que o Projetar a criança no Ser e Realizar têm sido uma potencialidade real e efetiva do CMEI. A necessidade da intervenção da psicológica escolar é constante no que se refere à importância da Constancia na elaboração de intervenções a fim de ampliar a vivência dos professores no contexto social e cultural das crianças.

A oficina proporcionou um momento de encontro com a prática dos professores, oportunizando falar de comportamentos das crianças referentes ao desenvolvimento da sexualidade, e a forma com que lidam diante dos variados comportamentos, resultando em um momento oportuno de concepção da teoria em encontro com a prática.

Portanto, dentro dos desafios a serem superados está à necessidade da psicologia escolar de forma constante dentro de uma unidade educativa para que ações sejam periodicamente elaboradas para os membros constituintes, sejam eles desde as crianças, direção, ate os operadores de serviços gerais.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos às crianças CMEI (Crescer Feliz – nome fictício) pela receptividade e disponibilidade em participar das atividades sugeridas.

Agradecemos a coordenadora e à diretora da (Crescer Feliz – nome fictício) por terem permitido que este trabalho fosse realizado dentro dessa comunidade.

Agradecemos à professoras regentes, às auxiliares de agrupamento, aos guardas, às cozinheiras e a todos os outros funcionários do CMEI (Crescer Feliz – nome fictício) pela cortesia com que nos receberam todos os dias e pela paciência diária.



Agradecemos também à Prof^a Ms. Juliana Hannum pela excelente supervisão e orientação quanto aos trabalhos desenvolvidos tanto em sala de aula quanto dentro da comunidade .

REFERÊNCIAS

CONSTANTINE, L., MARTINSON, F. (1984) Sexualidade infantil: novos conceitos, novas perspectivas. São Paulo: Roca

FOUCAULT, M. (1977) História da sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal

GUZZO, R.S.L. (2005). Escola amordaçada: compromisso do psicólogo com este contexto. In: MARTÍNEZ, Albertina Mitjáns. Psicologia Escolar e compromisso social. Campinas: Alínea

VIEIRA, V., Hansen, J. & Vieira, M. L.(2009). Psicologia Escolar na Educação Infantil: atuação e prevenção em saúde mental. *Barbarói*, n.31, 72- 92.

VOKOY, T. & Pedrosa, L. R. S. (2005). Psicologia escolar em Educação Infantil: reflexões de uma atuação. *Psicologia Escolar e Educacional*, 9 (1), 95-104.

- **Eixo: Políticas Públicas, Movimentos Sociais e Desenvolvimento Regional e socioambiental**

OFICINAS SOBRE SAÚDE DO TRABALHADOR: RESSIGNIFICAÇÃO DO SOFRIMENTO PSÍQUICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA

RONALDO GOMES SOUZA 1; JÚLIA MELLO PARGEON 2

1. Professor do Departamento de Psicologia da PUC Goiás; Estudante de doutorado em psicologia social e do trabalho na Universidade de Brasília (UnB), Pesquisador do Laboratório de Psicodinâmica e Clínica do Trabalho (LPCT) da UnB, Psicólogo do Programa em Nome da Vida (PNV), da Pró-reitoria de extensão (PROEX) da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás), e-mail: ronaldopsicologo@hotmail.com. 2. Professora do Departamento de Psicologia da PUC Goiás; Doutora em Psicologia e Psicóloga do PNV, da PROEX da PUC Goiás, e-mail: jmellopargeon@gmail.com

RESUMO

O objetivo desse trabalho foi, a partir de oficinas, oferecer um espaço de escuta para os servidores públicos do município de Goiânia ressignificarem seus sofrimentos psíquicos desenvolvidos no contexto de trabalho. Diante do atual cenário pautado na lógica neoliberal globalizante, as organizações forçam transformações sociais que acabam impactando as dinâmicas do trabalho. A medida que se intensifica a complexidade das interações e demandas humanas na atualidade, o serviço público se encontra na mesma lógica, exigindo cada vez mais de seus servidores. Exigência essas que acabam sobrecarregando e adoecendo os servidores. Assim, percebe-se o aumento de pedidos por licenças médicas e afastamentos, devido a doenças psíquicas como ansiedade, estresse e depressão. A metodologia usada foi a roda de conversa, inspirada na clínica psicodinâmica do trabalho. Foram feitas oficinas com 4 encontros, construídas a base de observações, construção de memoriais e relatórios para construção da análise de conteúdos debatidos na oficina. Os resultados apontam que a ressignificação do sofrimento é possível, dando novos sentidos e significados mais saudáveis para os sofrimentos. Conclui-se que criar um espaço de escuta do sofrimento psíquico no trabalho é de fundamental importância para o sujeito poder desenvolver alternativas, no coletivo, para suportar os desafios e transformar o trabalho em uma fonte de prazer e saúde.

Palavras-chave: trabalho, sofrimento, prazer, saúde, ressignificar.

INTRODUÇÃO

O mundo do trabalho, no atual sistema neoliberal globalizante, é marcado por diferentes fenômenos e ora pode ser visto como possibilidade dos trabalhadores se emanciparem, se sentirem realizados e terem a chance de serem reconhecidos pelos seus pares e pelos gestores; ora é visto como um lugar no qual os trabalhadores têm dificuldade de encontrar sentido no que fazem, não são valorizados e acabam desenvolvendo psicopatologias no contexto do trabalho. Assim, diante das novas transformações e demandas sociais e econômicas, as organizações, tanto privadas quanto públicas, acabam pressionando e cobrando produtividade constante de todos os envolvidos. O que coloca os trabalhadores em

uma tensão constante entre experiências de prazer e sofrimento / saúde e doença no trabalho (ALVES, 2011; AQUINO, 2008; DRUCK, 2011; FARIA & DALBELLO-ARAÚJO, 2011; GUIZONE & MENDES, 2014; PEREIRA, ALBUQUERQUE, & MORAES, 2015; STENGER *et al*, 2014; TEIXEIRA, 2012).

Como se não bastasse enfrentar diferentes desafios diários na dimensão pessoal, muitos trabalhadores acabam enfrentando diversos outros desafios na dimensão profissional. O problema não são os desafios. O problema são algumas estratégias adotadas pela gestão das organizações de lidarem com os desafios profissionais que elas passam e submetem os trabalhadores a passarem. Tal processo, claro, impacta na dimensão pessoal do trabalhador, podendo resultar em sofrimento patogênico. Ou seja, um tipo de sofrimento que, se não for ressignificado em algo positivo, paralisa e adocece o trabalhador.

Muitas vezes os métodos adotados pelas instituições de enfrentarem seus desafios não criam condições saudáveis e que ofereçam a possibilidade dos trabalhadores ressignificarem seus sofrimentos vividos no trabalho, criando um contexto fértil para o desenvolvimento de diferentes doenças, entre elas muitas psicopatologias. Nas organizações privadas, isso tem um impacto no aumento da rotatividade e absenteísmo, dando prejuízo financeiro para ela própria e prejuízo simbólico/psicológico para aqueles que passam por essa situação: tanto os empregadores quanto os empregados. Na área pública, isso impacta significativamente nos pedidos de licença para se tratarem e/ou afastamentos dos cargos, gerando, também, as mesmas experiências negativas no ponto de vista econômico e simbólico em todos envolvidos (DEJOURS, 2004; FACAS *et al*, 2013; MENDES, 2007; MENDES & ARAÚJO, 2012; MERLO & MENDES, 2009; ROSSI, 2008).

Tal é uma das atuais dificuldades dos servidores públicos do município de Goiânia. Como os proponentes desse projeto participam das reuniões da Política Articulada da Paz (EPAZ), enfatiza-se aqui os profissionais da educação. O número de afastamentos e licenças aumentaram nos últimos anos e há uma queixa do destino, eficácia, resultados, métodos, acompanhamento, desenvolvimento e investimentos feitos para lidar com o sofrimento desses profissionais que adoeceram e foram afastados e/ou pediram licença. Dessa forma, como o intuito de criar condições que mudem esse quadro do atual dos profissionais adoecidos e/ou que têm o potencial de adoecer, o **objetivo** desse projeto é oferecer um espaço de escuta para os profissionais da educação (de qualquer departamento ou função que se interesse pelas oficinas), no qual eles possam, no coletivo, terem a chance de falar sobre seus sofrimentos e

encontrarem, de forma prática e lúdica, soluções para tornar o contexto do trabalho em um lugar mais saudável e prazeroso.

E, como **objetivos específicos**: 1- fortalecer o laço de parceria entre a EPAZ/PUC/PNV como forma prática de intervenção do cuidado da saúde psíquica dos trabalhadores de educação; 2- realizar encontros mensais durante um semestre de acordo com a disponibilidade dos envolvidos para escuta qualificada dos profissionais da educação, embasados na roda de conversa e adaptação da clínica psicodinâmica do trabalho; 3- convidar voluntários do PNV que participarão como observadores e aprenderão como podem integrar tal experiência à formação acadêmica e profissional dos mesmos; 4- criar condições para que os profissionais da educação que participarem da intervenção se tornem multiplicadores da prática de escuta como resultado do trabalho do coletivo, auxiliando os mesmos a desenvolverem ações proativas de transformação de si e do coletivo e que mobilizem políticas públicas para a saúde psíquica de todos os profissionais da educação do município de Goiânia; 5- desenvolver ações de prevenção e promoção da saúde psíquica dos mesmos.

METODOLOGIA

São diálogos entre os proponentes do projeto, voluntários do PNV e profissionais da educação que potencializarão o poder de transformação (ressignificação) do sofrimento dos profissionais em atividades prazerosas no trabalho. Não se trata de psicoterapia de grupo. Não se trata de uma pesquisa. Trata-se de um projeto de ação, intervenção e transformação a partir de rodas de conversas. São oficinas que trabalharão com diferentes grupos de profissionais da educação. O público é qualquer profissional da educação que se interesse pelas oficinas que serão ministradas com um grupo fechado com no mínimo 6 e máximo 15 integrantes por semestre. Terminando o trabalho com um grupo de no máximo 15 integrantes ao longo de um semestre; no semestre seguinte serão oferecidas as mesmas oficinas sobre saúde psíquica para um outro grupo diferente de profissionais da educação e assim sucessivamente. O trabalho de escuta dos profissionais da educação do município de Goiânia para ressignificação do sofrimento psíquico no contexto de trabalho, será utilizado uma combinação de métodos: 1- uma adaptação da clínica psicodinâmica do trabalho e 2- roda de conversa. A clínica psicodinâmica do trabalho é uma prática que inclui a pesquisa e a intervenção como dimensões indissociáveis. Mendes e Araújo (2011) argumentam que o objeto da clínica é o

trabalho que permite colocar em análise a organização do trabalho e desenvolver um trabalho de reflexão que se realiza por meio do acesso ao sentido construído pelos próprios trabalhadores sobre a situação de trabalho.

Os instrumentos na clínica psicodinâmica do trabalho: no espaço de discussão será privilegiada a palavra; a fala/escuta entre os sujeitos pesquisados e o pesquisador. Isso exige uma qualificação teórico-metodológica que articule uma teoria do sujeito e uma teoria social a uma condução centrada na escuta do outro. Uma escuta ao não dito, ao oculto, ao silenciado, buscando/construindo junto com o coletivo, novas estratégias para ressignificar o sofrimento, atribuindo um novo sentido ao trabalho (MEDEIROS, 2012). O acesso a este universo de sentidos se dá por meio da palavra, ou melhor, pela relação entre a palavra do trabalhador e a escuta do pesquisador (LIMA & COSTA, 2013; MENDES & ARAÚJO, 2012). O fundamental neste processo é a elucidação da racionalidade subjetiva da experiência do trabalho além da ampliação de agir junto. Dessa forma, não será realizada a clínica psicodinâmica do trabalho na íntegra, com todos os seus processos metodológicos desenvolvidos por Mendes e Araújo (2011-2).

Porém, a clínica psicodinâmica do trabalho foi utilizada como inspiração e orientação da prática da escuta aos profissionais da educação do município de Goiânia, uma vez que enfatiza o sofrimento e a possibilidade da ressignificação desse sofrimento dentro do contexto do trabalho. Não foi criada uma clínica psicodinâmica do trabalho com os profissionais da educação. A única parte desse método que envolveu pesquisa foram as construções dos memoriais e relatórios embasados em todo material da escuta e todas as demais ações construídas em grupo. Apesar de ser uma atividade de extensão e não de pesquisa propriamente dita, a prática desse método (clínica psicodinâmica do trabalho) envolve pesquisa. Mas o foco não foi a pesquisa e sim a extensão, ação, a prática das rodas de conversas.

De acordo com Afonso e Abade (2008) e Mélllo (2007), a roda de conversa é o método no qual é levantado um tema construído pelo coletivo/grupo e orientado por profissionais que farão a escuta e demais manifestações do grupo, no intuito de solucionarem, no próprio coletivo, as questões levantadas pelo tema escolhido pelo grupo. No caso em questão, o tema sempre girará em torno do sofrimento no contexto de trabalho e a possibilidade de ressignificar, de transformar esse sofrimento em uma fonte de prazer e saúde no trabalho. Essa prática pode envolver ou não elementos lúdicos para construir e conduzir as

falas/escutas. O objetivo é que todos sejam estimulados a participar e dialogar com seus pares. Todos terão o direito, de forma democrática, de falar/escutar o sofrimento dos participantes, procurando maneiras mais saudáveis de conviver com os desafios do trabalho.

Participantes: foram 5 do sexo feminino, trabalhadoras que integram o quadro de servidores públicos vinculados a SME de Goiânia, de diferentes cargos/funções/departamentos (professores, administrativo, secretaria, etc.), de idade varável, que aceitaram o convite que receberam da coordenadora da EPAZ, encaminhado pelos proponentes do projeto, integrantes da Comissão da saúde do trabalhador, da EPAZ, do PNV, que são os autores desse texto, para participarem das oficinas e poderem ressignificar seus sofrimentos no trabalho.

Procedimentos: os autores das oficinas tiveram o compromisso de realizar a atividade de escuta durante o segundo semestre de 2015, totalizando em 4 encontros. A escuta foi feita pelos proponentes da equipe do PNV e contou com voluntários/estudantes da PUC para auxiliá-los. Além disso, as presenças dos voluntários tiveram um cunho de formação acadêmica e profissional dos mesmos, ao observar e/ou participar das atividades. Eles foram previamente orientados e formados pela equipe do PNV.

Para realização da roda de conversa, inspirada e embasada pela prática da clínica psicodinâmica do trabalho, a duração foi de aproximadamente uma hora e trinta minutos por encontro. O primeiro encontro foi o momento de apresentação e acolhimento. Nos demais encontros foram selecionados os temas elencados e votados pelo grupo. Todos os encontros tiveram começo, meio e fim e foi feito um memorial (de todos os encontros) que registraram as dinâmicas grupais que, após tratamento de análise de conteúdo, se transformaram em um relatório final. Tal relatório será encaminhado para a coordenadora da EPAZ que repassará para SME e/ou autoridades responsáveis.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados foram construídos mediante observações, interações e desenvolvimento de memoriais e relatórios, originando diferentes fontes de informação para construção de núcleos de sentidos criados pelos participantes. No primeiro encontro, após a apresentação, foi proposto que as participantes fizessem uma atividade na qual elas colocaram em uma cartolina de papel todas os objetos e sentimentos que fossem fonte de prazer no trabalho. Para

tanto, foram entregues cola, revistas, tesouras, e foi instruído que poderiam colar imagens e/ou escrever, desenhar o que quisessem para simbolizar o que foi pedido para fazer. Em uma outra cartolina foi proposto que fizessem o mesmo, mas que remetesse às fontes de sofrimento no trabalho. Elas demonstraram satisfação ao desenvolver a tarefa pois riam e compartilhavam experiências para construir a cartolina. Durante toda a atividade, elas interagiram umas com as outras, conversando entre elas e decidindo juntas o que iriam colocar para simbolizar as fontes de prazer e sofrimento no trabalho de cada uma. Foi relatado, a partir do discurso delas, no coletivo, sobre as regras e diferentes situações do contexto do trabalho. Assim, foram selecionadas por elas frases e imagens que representavam as relações de prazer e sofrimento no trabalho para elas

Para Dejours (2004) e Mendes (2007) há o prescrito e o real do trabalho. Entre o prescrito e o real há uma lacuna que é preenchida pelo sofrimento. Nem sempre o prescrito vai acompanhar a complexidade do real. O real, então, desafiará as prescrições, forjando a necessidade, contraditoriamente, de novas prescrições para lidarem com o real do trabalho. O prescrito são as regras e normas do trabalho e, apesar de serem fundamentais para organizar as atividades, muitas vezes são fontes de sofrimento e doença ao passo que negam a participação dos sujeitos trabalhadores para encontrarem sentido nas suas atividades e serem reconhecidos, satisfazendo apenas as necessidades organizacionais. Diante da apresentação dos cartazes, elas relataram situações que as adoeceram no trabalho. Argumentando que as estratégias usadas pelo órgão são burocráticas e não são o suficiente para lidar, com dignidade, com os sofrimentos psíquicos dos trabalhadores. Os relatos compartilhados no coletivo enfatizaram mais recursos físicos e políticos como as principais fontes de sofrimento. Colocando que as prescrições adoecem e interferem na saúde das relações interpessoais das equipes de trabalho.

Já ao relatar as fontes de prazer, todas foram unânimes ao afirmar que a melhor parte de ir ao trabalho são os colegas de trabalho. E, no caso daqueles que trabalham com crianças em escolas, é saber que seu conhecimento pode mudar a vida de alguém e formar um ser humano, podendo ajudar de diversas formas que vão além da profissão que exercem. Mas com os colegas, encontram forças para compartilharem diferentes fontes de sofrimento e são capazes de comentar sobre os baixos salários, os colegas que desenvolveram crises de ansiedade, depressão e estresse devido às políticas pautadas na produtividade. Mendes e Araújo (2012) argumentam que no coletivo, os trabalhadores se empoderam e potencializam a

chance de transformar as fontes de sofrimento em prazer e saúde. Porém, a gestão do trabalho não propicia, de maneira formal e intencional, um espaço de escuta do sofrimento do trabalho. Não há um acompanhamento do destino dos sofrimentos para criarem condições dos trabalhadores ressignificarem seus sofrimentos, como foi conduzida pelas oficinas. Só havia algumas atividades informais no trabalho para o coletivo legitimar suas conversas no coletivo, sem que fosse orientada por profissionais que conduzissem os trabalhadores a práticas mais saudáveis. Muitas vezes, os próprios colegas de trabalho, contraditoriamente, são fontes de sofrimento, segundo elas. O que se torna urgente a mediação de conflito entre os servidores do município de Goiânia.

Nos demais encontros, foram debatidos temas diversos que foram escolhidos e desenvolvidos pelas próprias integrantes, orientados pelos autores do texto, que conduziram todas as oficinas. Um dos temas escolhidos foram a dificuldade de conciliar as atividades e responsabilidades laborais com as atividades de outros papéis sociais que as trabalhadoras ocupam. Nesse processo, ao final do encontro, na nossa oficina de roda de conversa sobre o sofrimento psíquico, uma participante evidenciou seu processo de ressignificação e a importância de um espaço de escuta para construir, no coletivo, uma possibilidade de dar novos sentidos e significados para o sofrimento vivido no trabalho. Ela afirmou o que lhe dava prazer era algo simples. Ela adora admirar a vista que ela lutou para ter na casa dela. Ela adora ficar nessa vista e tomar leite com café. Ao explicar isso, ela se vira para o grupo e diz: “Hoje, vocês foram minha vista, com café e leite”. Conforme afirma vários autores, quando há um espaço de escuta no trabalho, no qual o sujeito pode compartilhar suas dificuldades e encontrar, no coletivo, uma chance de ressignificar seu sofrimento e transformar todas as experiências desagradáveis em algo mais criativo e saudável, o trabalhador encontra, no trabalho, novas fontes de prazer, ele consegue dar novos significados para sua própria atividade, dando novos sentidos mais prazerosos e saudáveis (DEJOURS, 2004; FACAS *et al*, 2013; MENDES, 2007; MENDES & ARAÚJO, 2012; MERLO & MENDES, 2009; ROSSI, 2008).

CONCLUSÕES

Criar um espaço de escuta do sofrimento psíquico no trabalho é de fundamental importância para o sujeito poder desenvolver alternativas, no coletivo, para suportar os

desafios e transformar o trabalho em uma fonte de prazer e saúde. Porém, especificamente nesse estudo, encontrou-se dificuldades de adesão, quantidade de participantes e poderia ter maior quantidade de oficinas para que os resultados fossem ainda mais expressivos.

Com os objetivos cumpridos, espera-se que os participantes desenvolvam uma aprendizagem capaz de ressignificar, no coletivo, o sofrimento vivido no trabalho e que se sintam estimulados a serem multiplicadores de prevenção e promoção de saúde psíquica dos demais colegas de trabalho que eles interagem. Estima-se, ainda, que o relatório sirva de mediação para possíveis mudanças positivas para os profissionais da educação e que possam potencializar os laços das práticas da EPAZ em forma de políticas públicas.

AGRADECIMENTOS

Os autores desse texto agradecem a toda a equipe do PNV pelo apoio e confiança, a PROEX da PUC Goiás e aos parceiros do PNV: CISSPE, EPAZ, PISM, SME e ao CEMAPE, por viabilizarem a proposta de intervenção com oficinas voltadas para saúde psíquica dos profissionais da educação.

REFERÊNCIAS

AFONSO, M. L. & ABADE, F. L. **Para reinventar as rodas: rodas de conversa em direitos humanos**. Belo Horizonte: RECIMAM, 2008.

ALVES, G. Trabalho flexível, vida reduzida e precarização do homem-que-trabalha: perspectivas do capitalismo global no século XXI. In: Vizzaccaro-Amaral, A. L., Mota, D. P. & Alves, G. (Orgs). **Trabalho e saúde: a precarização do trabalho e a saúde do trabalhador no século XXI**. São Paulo: LTR, 2011.

AQUINO, C. A. B. O Processo de precarização laboral e a produção subjetiva: um olhar desde a psicologia social. **O Público e o Privado**, (Vol. 11), 169-178, 2008.

DEJOURS, C. Adenddum. In: LANCAMAN, S. & SZNELMAN, L. (Orgs). **Christopher Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho**. Rio de Janeiro: Fiocruz; Brasília: Paralelo 15, 2004.

DRUCK, G. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios?. **Caderno CRH**, 24 (1), 155-170, 2011.

FACAS, E. P., MENDES, A. M., SANTOS-JÚNIOR, A. V., ANJOS, F. B. & LIMA, V. S. Organização do trabalho e mediação do sofrimento de pilotos metroviários. *R. Laborativa*, 2 (2), 1-20, 2013.

FARIA, H. X. & DALBELLO-ARAUJO, M. Precarização do trabalho e processo produtivo do cuidado. *Mediações*, 16 (1), 142-156, 2011.

GHIZONE, L. D. & MENDES, A. M. **Dispositivos para uma escuta clínica do sofrimento no trabalho dos catadores de materiais recicláveis**. *Contextos Clínicos*, 7 (1), 15-26, 2014.

MÉLLO, R. P. et al. Construcionismo, práticas discursivas e possibilidades de pesquisa. *Psicologia e Sociedade*, 19 (3), 26-32, 2007.

MENDES, A. M. *Psicodinâmica do trabalho: teoria, método e pesquisas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

MENDES, A. M. & ARAÚJO, L. K. R. **Clínica psicodinâmica do trabalho: práticas brasileiras**. Brasília, DF: Ex Libris, 2011.

MENDES, A. M. & ARAÚJO, L. K. R. Os dispositivos clínicos para escuta qualificada (pp. 39-64). In: **Clínica psicodinâmica do trabalho: o sujeito em ação**. Curitiba: Juruá, 2012.

MERLO, A. R. C. & MENDES, A. M. Perspectivas do uso da psicodinâmica do trabalho no Brasil: teoria, pesquisa e ação. *Cadernos de psicologia social*, 12 (2), 141-156, 2009.

PEREIRA, A. P., ALBUQUERQUE, R. S. & MORAES, A. F. G. Terceirização e precarização: um estudo com terceirizados de serviços gerais na Universidade Federal da Paraíba. **Divulgação científica e tecnológica do IFPB**, (Vol. 26) 106-115, 2015.

ROSSI, E. Z. **Reabilitação e reinserção no trabalho de bancários portadores de LER/DORT: análise psicodinâmica**. Tese de doutorado. Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2008.

STENGER, E., MONTEIRO, M. I., SABINO, M. O., MIQUILIN, I. O. C. & CORRÊA-FILHO, H. R. Lean production e riscos psicossociais: o caso de uma fusão multinacional de grupo metalmeccânico no Brasil. *Saúde Pública*, 30 (8), 1765-1776, 2014.

TEIXEIRA, M. C. A invisibilidade das doenças e acidentes do trabalho na sociedade atual. *Rdissan*, 13 (1), 102-131, 2012.

EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA: NEGRO OLHAR - OMÔNI KIAMPIUKI²

ORIENTADORA: Profa: Janira Sodré Miranda

janirasodre@hotmail.com

ORIENTANDOS (A): Alessandra Soares Ramos

alesqualhato35@hotmail.com

Elson Rodrigues

so_1ls@hotmail.com

Maria das Neves Jardim de Deus

Marianeves.j@gmail.com

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo fazer uma leitura histórica social e também semiótica da narrativa fotográfica da obra O negro na fotografia brasileira do século XIX e a Exposição Fotográfica Negro Olhar - Omôni Kiampiuki construída de forma coletiva e autoral em um universo do cotidiano que estão inseridos nós negros, reuniu fotógrafos/as goianienses convidados que realizou uma abordagem de personagens e cenas da comunidade negra local. A exposição marcou a celebração do mês da consciência negra de 2014 e se inseriu na programação do III Circuito de Igualdade Racial de Goiânia. Num diálogo, a partir da linguagem fotográfica, a exposição “Negro Olhar - Omôni Kiampiuki” mapeou a identidade afirmativa política estética e cultural de mulheres e homens negros pelas imagens, naquilo que elas traduzem em silêncios e empoderamento, o que ninguém pode desmentir através da importância em que revela a composição da obra de arte traduzida pelo conjunto de multifaces apresentadas. Objetivando implementação da lei 10639/03, para possibilitar a visibilidade e positivação da comunidade negra, por meio da fotografia. Marcar o mês da consciência negra com experiências e vivências artísticas, pela linguagem fotográfica, em espaços culturais da cidade.

Palavras-Chave. Negro Olhar. Fotografia. Lei 10639/03.

INTRODUÇÃO

Proposta do Coletivo de Estudantes Negras e Negros da PUC Goiás a Exposição Fotográfica Negro Olhar- Omôni Kiampiuki foi uma exposição coletiva e autoral, que reuniu fotógrafos/as goianienses convidados para realização de uma abordagem de personagens e cenas da comunidade negra local. A exposição marcou a celebração do mês da consciência negra de 2014 e se inseriu na programação do III Circuito de Igualdade Racial de Goiânia.

JUSTIFICATIVA

Num diálogo, a partir da linguagem fotográfica, a exposição “Negro Olhar- Omôni Kiampiuki” mapeou a identidade afirmativa política estética e cultural de mulheres e homens negros pelas imagens, naquilo que elas traduzem em silêncios e empoderamento, o que ninguém pode

² Expressão do idioma Kikongo para Negro Olhar. Os Kikongo habitam milenarmente a região norte de Angola e falam um dos idiomas do tronco linguístico Bantu.



desmentir. Segundo Roland Barthes de 2009, a fotografia torna-se então para ele o médium estranho, uma nova forma de alucinação: falsa ao nível da percepção, verdadeira ao nível do tempo.(...) p.126.

A fotografia é a representação da realidade vivida que são registradas através da captação escrita da luz, estas são eternizadas aos registros acabados da prova da vida que se foi ou que irá algum dia.

A “imagem na fotografia é sempre um duplo, emanção física do objeto, vestígio de luz, marca e prova do real. [...] A realidade visível é vasta. O enquadramento da foto a recorta e fragmenta.” (Santaella, 2012, pp.78 e 79). Por conseguinte, “O ato fotográfico implica, portanto, não apenas um gesto de corte na continuidade do real, mas também a idéia de uma passagem, de uma transposição irreduzível.” Dubois, (1994: 168), citado por (SANTAELLA & NÖTH, 1998, p. 134).

Introduzida no Brasil no Século XIX, tematizou a população negra em ângulos diversos para as memórias de todos os tempos. Teve objetivo de fotos artísticas e documentais com destaque nos primeiros registros dos negros no Brasil colônia desempenhando diversas funções cotidianas destacando sua condição e ascensão social.

“[...] o ato fotográfico não é senão fruto de corte. O enquadramento recorta o real sob um certo ponto de vista, o obturador guilhotina a duração, o fluxo, a continuidade do tempo. O negativo da tomada, matriz reprodutora de infinitas cópias, inscreve e conserva o traço do acontecimento singular, no interior do qual um sujeito e um objeto, por meio de um feixe de luz capturado através de um pequeno orifício, defrontam-se para se separarem-se no instante mesmo dessa captura. (SANTAELLA & NÖTH, 1998, p.165)

A fotografia é pedaço de um acontecimento que nos instante que é capturado morre e se eterniza. Assim, nessa Exposição a proposta é de que a Exposição *Negro Olhar- Omôni Kiampiuki* aborde as particularidades e singularidades de pessoas negras, seus rostos e olhares, buscando uma narrativa possível e valorativa de uma coletividade pessoas negr@s, que nos permitam uma aproximação, a partir destas narrativas fotográficas, da identidade do povo negro, pelo olhar dos/as fotógrafos/asconvidados/as. A exposição foi pensada, elaborada e discutida para que os fotógrafos tenham a possibilidade de captar múltiplas possibilidades para a questão: O que é o negro olhar?

OBJETIVOS



- Possibilitou a visibilidade e positividade da comunidade negra, por meio da fotografia;
- Marcou o mês da consciência negra com experiências e vivências artísticas, pela linguagem fotográfica, em espaços culturais da cidade.
- Está possibilitando o diálogo nas escolas na aplicabilidade da lei 10639/03

FUNDAMENTAÇÃO TEMÁTICA DA ÁREA (FOTOGRAFIA E NEGROS/AS NO BRASIL)

Com intuito de mergulhar no universo semiótico fotográfico como olhar sobre o negro e conceituar a fotografia recorreremos George Ermakoff, O Negro na fotografia brasileira do século XIX. Roland Bathes, A câmera clara. Lucia santaella, Imagem, Cognição, semiótica, mídia.

O COLETIVO DE ESTUDANTES NEGRAS E NEGROS DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS

Propositor desta exposição, o coletivo nasceu dentro do Programa de Estudos e Extensão Afro-brasileiro, sob o influxo do crescimento da presença estudantil negra nesta Instituição de Ensino Superior. Sua criação nasceu do desafio de agregar estudantes negras e negros. Com objetivo Aprofundar reflexões e desenvolver práticas que entrelacem a relação entre identidades políticas e estéticas negras; de reunir estudantes negras e negros para refletir sobre sua identidade; de elaborar formas de afirmação positiva da comunidade negra; de desafiar a sociedade para o imperativo ético das causas da população negra no Brasil. Fitando tais objetivos o Coletivo de Negras e Negros da PUC Goiás realizará A Exposição de Fotográfica *Negro Olhar- Omôni Kiampiuki*.

RESULTADOS PARCIAIS

- Conseguimos realizar a exposição;
- A Exposição está sendo usada como material de didático nas escolas;
- Tendo visibilidades em alguns espaços da cidade;

REFERÊNCIAS

- BARTHES, Roland. A Câmera Clara nota sobre a fotografia Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira 1984.
- SANTAELLA, Lúcia & NÖTH, Winfried. IMAGEM, Cognição, semiótica, mídia. São Paulo – SP: Editora Iluminuras Ltda, 1998.
- SANTAELLA, Lúcia. Leitura de Imagens. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2012 (Como eu Ensino)



_____. Os negros na fotografia no Brasil no século XIX. São Paulo: Edusc, 2011

- **Eixo: Infância, Adolescência, Juventude, Família e Desenvolvimento Social**

CONTRIBUIÇÃO DO IDF PARA A ARTICULAÇÃO DA REDE DOS EQUIPAMENTOS SOCIAIS

GABRIELA VIEIRA COIMBRA¹; LUCAS REICHEMBACH²; THEREZA RACHEL CHAVES CRUVINEL³.

¹Acadêmicos de Fonoaudiologia da PUC Goiás, e-mail: gabcoymbra96@gmail.com, lucasreichembach@hotmail.com; therezarachelcruvinell@gmail.com.

RESUMO

A atual pesquisa traça a contribuição do Instituto Dom Fernando para a articulação dos equipamentos sociais da Região Leste de Goiânia. Este tem como objetivo contribuir para o fortalecimento do trabalho em rede dos instrumentos sociais da região pesquisada. Como metodologia utilizou-se a observação participante. Pôde-se observar, a mediação positiva e reflexiva do IDF na articulação das redes.

PALAVRAS-CHAVE:Trabalho em rede; equipamentos sociais; Instituto Dom Fernando.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa possui como questão central, realizar uma análise qualitativa sobre a contribuição, do Instituto Dom Fernando (IDF) da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás), para a articulação da rede dos equipamentos sociais da região Leste de Goiânia. O presente trabalho tem como hipótese que a articulação dos equipamentos sociais em rede ainda é um desafio, o que requer atenção constante daqueles envolvidos com a questão.

OBJETIVO

O presente trabalho tem como objetivo contribuir para salientar a importância do fortalecimento do trabalho em rede dos equipamentos sociais na Região Leste de Goiânia.

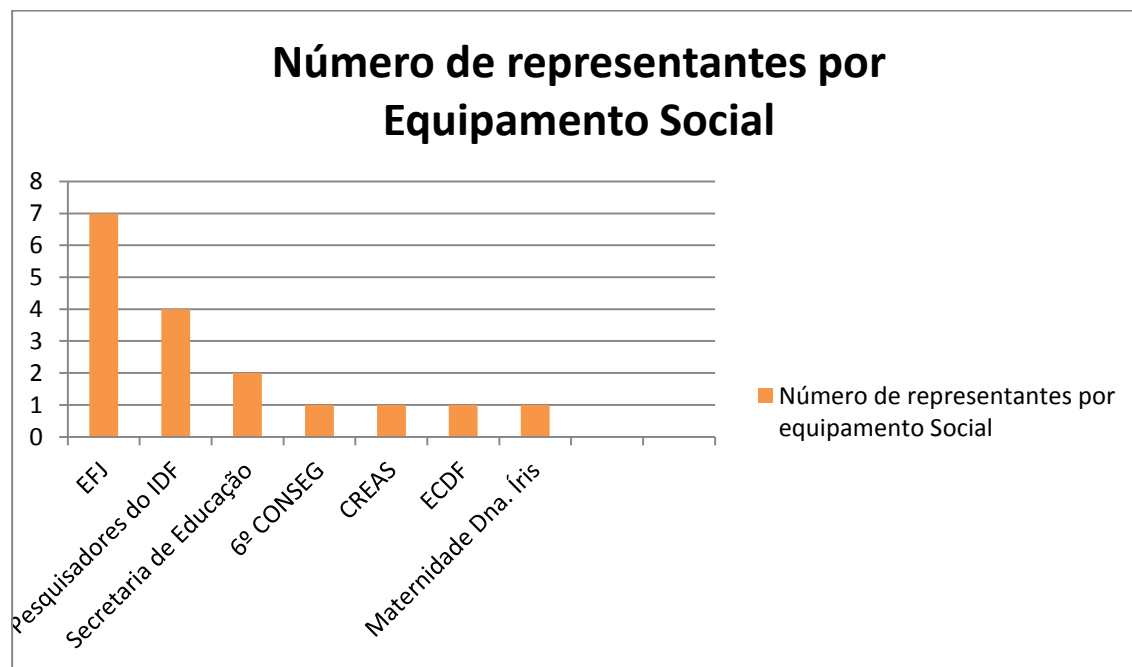
METODOLOGIA

Os dados foram coletados por meio de observação participante e entrevistas. O principal contato ocorreu na reunião com membros dos equipamentos sociais, ocorrida e convocada pela Escola de Formação da Juventude – EFJ, no dia 06/11/15. A proposta da EFJ e do IDF era discutir a articulação dos equipamentos sociais em rede, com a palestra do Prof. Dr. Rogério Araújo da Silva, assessor do IDF. Estavam presentes 17 representantes de

diversos segmentos da sociedade. Na ocasião pode-se observar o discurso dos profissionais envolvidos no trabalho em rede dos equipamentos sociais da região leste de Goiânia. Desta forma buscamos analisar os diálogos levantados na reunião chocando com os dados teóricos previamente estudados, a fim de compreender como funciona a articulação em rede dos equipamentos sociais ponderados.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Por meio da metodologia utilizada foi possível elaborar um gráfico quantitativo com o número de representantes por equipamento social, e como resultados foi possível observar o baixo índice de equipamentos sociais de Goiânia que enviaram representantes. Posteriormente, foi elaborada uma tabela com os depoimentos dos representantes de cada instrumento social mostrando as falhas e peculiaridades do sistema em redes do município de Goiânia, através desta foi possível observar a participação de todos, com contribuição e a mediação dos representantes do IDF para a articulação da rede dos equipamentos sociais.



Legenda das siglas do quadro 1	
EFJ	Escola de Formação de Juventude
SEECE	Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte.
6º CONSEG	6º Conselho Comunitário de Segurança de Goiânia
IDF	Instituto Dom Fernando

CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
ECDF	Escola de Circo Dom Fernando

Tabela de Depoimentos dos Representantes dos Equipamentos Sociais						
Representante do 6º CONSCG	Representante do Creas	Representante da Maternidade de Dna. Íris	Representantes da Secretária Estadual de Educação	Representantes da EFJ	Pesquisadores de IC	Representante da ECDF
Demonstrou-se indignado com a realidade atual do precário trabalho de redes do município de Goiânia	Relatou que na prática o sistema de redes de Goiânia é confuso.	Relatou a organização que o sistema de Saúde tenta manter para auxiliar no sistema de redes em Goiânia.	Mostraram-se curiosas e interessadas em entender como o sistema de redes é articulado	Auxiliaram na discussão, mediando sempre que solicitados.	Mostraram-se atentos e correlacionaram os dados da teoria com a prática	Mostrou-se atenta e relatou como a Escola de Circo auxilia na articulação em redes

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os dados expostos nesta pesquisa, foi possível observar a contribuição do IDF para a articulação dos equipamentos sociais no trabalho em rede, mediante a exposição da palestra proferida pelo Profº Drº Rogério Araújo da Silva (assessor do IDF) na Escola de Formação da Juventude da PUC Goiás. A palestra possibilitou o diálogo entre os membros dos equipamentos sociais e os demais presentes sobre a forma de trabalhar em rede e possíveis soluções para as adversidades burocráticas do sistema de garantia de direitos.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos órgãos financiadores desta pesquisa (FAPEG e CNPq), aos coordenadores da Escola de Formação de Juventude, ao IDF pelo apoio e a PUC Goiás pela oportunidade de realizar esta pesquisa.



REFERÊNCIAS

Carvalho M. C. B. Gestão Municipal dos Serviços de Atenção à Criança e Adolescente. São Paulo: CBIA\IEE-PUC,1995,p.26

Estatuto da criança e do adolescente : Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, Lei n. 8.242, de 12 de outubro de 1991. – 3. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.

- Eixo: Ciência, Tecnologias Sociais e Inovações para a Inclusão Social

O EMPODERAMENTO DOS PAIS FRENTE AO DIAGNÓSTICO DE SÍNDROME DE DOWN

KARIN YURIKO BRANQUINHO BITTAR¹

DRDA JULIANA SANTOS DE S. HANNUM²

¹Aluna de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa

Referência a Inclusão Social (PRIS), Projeto Alfadown, email: kbbittar@gmail.com

²Professora e Drda da Pontifícia Universidade Católica de Goiás,

email: julianahannumpsi@yahoo.com.br

Eixo: Psicologia Escolar

RESUMO

A gestação e o nascimento de um filho são fases de mudanças, transformações e incertezas para o casal, que se depara com uma nova realidade acompanhada de responsabilidades antes inexistentes, fazendo com que estes atores assumam um novo papel. O presente estudo tem por objetivo verificar o impacto dos pais frente à notícia de Síndrome de Down no filho e quais seus desdobramentos diante das informações recebidas ou da falta destas. Serão realizadas entrevistas semiestruturadas com o pai e a mãe de 10 crianças com SD. Os dados coletados serão categorizados de acordo com os tópicos pretendidos na pesquisa. Com os resultados obtidos espera-se ser possível a elaboração de um manual de orientações aos profissionais da saúde em relação aos cuidados a serem tomados ao darem o diagnóstico aos pais.

Palavras-chave: incertezas, Síndrome de Down, impacto, diagnóstico.

INTRODUÇÃO

Quando se trata do desenvolvimento humano, diversos são os marcos desse desenvolvimento: andar, falar, casar, ter um filho, entre outros. A gestação e o nascimento são fases de mudanças, transformações e incertezas para o casal, que se depara com uma nova realidade acompanhada de responsabilidades antes inexistentes, fazendo com que estes atores assumam um novo papel. A maternidade/paternidade é um evento importante e complexo na vida de um casal e é permeado por diversos sentimentos e pensamentos sendo considerado fonte de realizações e promotor do desenvolvimento do indivíduo, mas também como fonte de problemas e frustrações. Estudar o fenômeno deficiência, neste caso a Síndrome de Down, é, sem dúvida, instigante, mas ao mesmo tempo, uma tarefa bastante complexa, pois diversas

são as vertentes pelas quais ela pode ser abordada. A presente pesquisa tem como foco de estudo o impacto dos pais frente à notícia do diagnóstico da Síndrome de Down nos filhos e quais seus desdobramentos.

OBJETIVO

O objetivo geral é verificar o impacto dos pais frente à notícia de Síndrome de Down no filho. Tem como objetivos específicos investigar: 1. Como a notícia foi dada e por quem? 2. Houve um momento de acolhimento a esses pais? 3. Esses mesmos pais receberam orientações sobre: os cuidados com o bebê, quais profissionais deveriam ser consultados acerca do desenvolvimento do filho e também sobre estimulação precoce?

METODOLOGIA

A presente pesquisa será realizada com 10 famílias (pai e mãe) de portadores da Síndrome de Down de ambos os sexos, que estejam na faixa etária de 06 a 18 anos e são atendidos no Projeto Alfadown PUC/GO. O limite de idade de 06 a 18 anos para os filhos dos participantes deve-se ao fato destes ainda estarem na fase de aquisição de habilidades e não terem consolidado alguns aspectos do seu desenvolvimento, o que pode influenciar a expectativa dos pais. Em relação aos pais (pai e mãe) deve-se ao fato de buscarmos a compreensão de como o casal enfrenta esta demanda. Serão utilizados os seguintes materiais: Termo de Consentimento Livre Esclarecido; Roteiro de entrevista semiestruturada previamente elaborado e pré-testado; gravador; computador; papel; lápis e caneta. As respostas obtidas na entrevista serão analisadas e classificadas em categorias estabelecidas de acordo com os tópicos que se pretende investigar. Neste trabalho optou-se por fazer a análise qualitativa-quantitativa dos dados obtidos, através do qual “visa-se apreender o significado que a fala dos participantes ou o comportamento dos sujeitos pode assumir, dentro do contexto do projeto e da abordagem conceitual dele” (Biasoli-Alves, 1998).

AGRADECIMENTOS

Agradeço às mães e aos pais do Projeto Alfadown por se disponibilizarem a participar das entrevistas e a todas as pessoas envolvidas neste Projeto, que visa favorecer uma melhor qualidade de vida aos portadores da Síndrome de Down e em especial à minha orientadora,



Drda Juliana Hannum, por seu exemplo de dedicação, de responsabilidade e respeito ao ser humano que muito me inspira, tanto na profissão de psicóloga como também na vida.

RESULTADO ESPERADO

Com esta pesquisa espera-se que seja possível a elaboração de um manual de orientações a profissionais da saúde no que tange aos cuidados sobre a divulgação da notícia aos pais; orientações necessárias sobre os cuidados para com o bebê; quais programas de desenvolvimento e estimulação precoce e quais profissionais devem ser consultados para o esclarecimento de possíveis dúvidas, para que possam vislumbrar as habilidades possíveis, apesar das limitações inerentes ao portador de SD.

REFERÊNCIAS

BIASOLI-ALVES, Z.M.M. A Pesquisa em Psicologia – análise de métodos e estratégias na construção de um conhecimento que se pretende científico.

BIASOLI-ALVES, Z.M.M. e ROMANELLI, G. Diálogos Metodológicos sobre a prática de pesquisa. Ribeirão Preto: Legis Summa, 1998. Cap. 7 p. 135-158.

[COLNAGO, Neucideia Aparecida Silva](#). Orientação para Pais de Crianças com Síndrome de Down: Elaborando e Testando um Programa de Intervenção. Publicador: Biblioteca Digitais de Teses e Dissertações da USP (2000).

- Eixo: Ciência, Tecnologias Sociais e Inovações para a Inclusão Social

INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS COM SÍNDROME DE DOWN: EXPERIÊNCIA FAMILIAR NO ÂMBITO ESCOLAR.

ALLANE SAMIRE SOARES SILVA ¹

DRDA JULIANA SANTOS DE S. HANNUM²

¹Aluna de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa

Referência a Inclusão Social (PRIS), Projeto Alfadown, email: allanesamire@gmail.com

²Professora e Drda da Pontifícia Universidade Católica de Goiás,

email: julianahannumpsi@yahoo.com.br

Eixo: Educação e Social.

RESUMO

Este presente trabalho tem como objetivo investigar as experiências de famílias de pessoas com Síndrome de Down no processo de inclusão Escolar na Rede Regular de Ensino, a fim de conhecer os desafios e possibilidades inclusivas experienciadas por este grupo familiar. Participarão desse estudo famílias de pessoas com Síndrome de Down frequentadores do Projeto Alfadown, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. A metodologia utilizada será entrevista semiestruturada, os dados coletados serão categorizados de acordo com os tópicos pretendidos na pesquisa. De acordo com o resultado apresentado pretendemos transmitir informações aos pais em sessões de orientação psicoeducativa, a fim de apresentar as possibilidades inclusivas experimentadas pelo grupo familiar. Espera-se ser possível a elaboração de um manual de orientações aos pais contendo informações sobre os direitos da educação inclusiva e dados de algumas escolas de Goiânia e Região Metropolitana que estão engajadas no acolhimento a pessoas portadoras de necessidades especiais.

Palavras-chave: Síndrome de Down, Família, Experiências, Inclusão escolar e Orientação.

INTRODUÇÃO

Petean e Borges, (2002) consideram relevante a participação dos pais na vida escolar dos filhos, pois estes são os que possuem maiores informações sobre suas pontecialidades e dificuldades. Trazendo certa segurança para a criança, já que a família é o agente mediador entre escola e meio social. Crianças com necessidades educacionais especiais tem direito garantido por lei para acesso a educação. A Declaração de Salamanca ressalta que toda criança tem direito a educação, e que as escolas devem se adequar, elaborar e implementar ações educativas a fim de promover a inclusão no contexto escolar. Sendo assim os pais iniciam a

busca por uma instituição de ensino regular que possa acolher essa pessoa com deficiência e contribuir no seu desenvolvimento cognitivo social.

OBJETIVO

O objetivo geral é investigar as experiências de famílias de pessoas com Síndrome de Down no processo de inclusão Escolar na Rede Regular de Ensino, a fim de conhecer os desafios e possibilidades inclusivas experienciadas por este grupo familiar.

METODOLOGIA

O presente trabalho será realizado com as famílias de portadores da Síndrome de Down que freqüentam o projeto AlfaDown há pelo menos 2 anos. E que possuem os filhos matriculados na Rede de Ensino Regular de Goiânia e Região Metropolitana e tenham disponibilidade para responder a entrevista. Os critérios para exclusão dos participantes será ter menos de dois anos participando do projeto, pais que não possuem filhos matriculados na Rede Regular de Ensino, e que não tenham disponibilidade para responder a entrevista. Serão utilizados os seguintes materiais: Termo de Consentimento Livre Esclarecido; Roteiro de entrevista semiestruturada previamente elaborado e pré-testado; gravador; computador; papel; lápis e caneta. As respostas obtidas na entrevista serão analisadas e classificadas em categorias estabelecidas de acordo com os tópicos que se pretende investigar. Neste trabalho optou-se por fazer a análise qualitativa-quantitativa dos dados obtidos, através do qual “visa-se apreender o significado que a fala dos participantes ou o comportamento dos sujeitos pode assumir, dentro do contexto do projeto e da abordagem conceitual dele” (Biasoli-Alves, 1998).

AGRADECIMENTOS

Agradeço às famílias participantes do Projeto Alfadown pela disponibilidade em participar desta pesquisa. A professora Sandra e aos monitores do projeto, pela dedicação com que realizam suas atividades. Em especial a minha orientadora Ddra. Juliana Hannum pelo comprometimento e dedicação junto ao trabalho realizado com as pessoas com Síndrome de Down e suas famílias. Servindo de inspiração para escolha deste tema.

RESULTADO ESPERADO

Através desta pesquisa pretendemos transmitir informações aos pais em sessões de orientação psicoeducativa, a fim de apresentar as possibilidades inclusivas experimentadas pelo grupo familiar. Espera-se ser possível a elaboração de um manual de orientações aos pais contendo informações sobre os direitos da educação inclusiva e dados sobre escolas de Goiânia e Região Metropolitana que estão engajadas no acolhimento a pessoas portadoras de necessidades especiais.

REFERÊNCIAS

BIASOLI-ALVES, Z.M.M. A Pesquisa em Psicologia – análise de métodos e estratégias na construção de um conhecimento que se pretende científico.

PETEAN, E. B. L. e BORGES, C. D. (2002). Deficiência auditiva: escolarização e aprendizagem de língua de sinais na opinião das mães. Paidéia (Ribeirão Preto), vol.12, n.24, p.195-204.

- Eixo: Ciência, Tecnologias Sociais e Inovações para a Inclusão Social

Nível de satisfação atribuído por pais/cuidadores de crianças à participação no Projeto Aprender a Pensar (PAP).

BRUNA NERY ROSA; CAMILA A. GONTIJO J. de MATOS; CAROLINE LEONEL MAIA; DEBORA NUNES SANTANA; KAMILA C. COLAÇO; LIDIANA PERES dos SANTOS

¹ Acadêmicos de Psicologia da PUC Goiás, email: neryrosa.b@gmail.com, camilagontijo@gmail.com, carolineleonel_@hotmail.com, colacokc@gmail.com, lsrojais@gmail.com ;

² Prof.a e coordenadora do PAP, na PUC Goiás : Debora Diva Alarcon Pires, email:deborapap@gmail.com

Prof. e Mestre da Escola de Ciências Sociais e Saúde, da PUC Goiás.: Thyago do Vale Rosa, email: thyagovr@yahoo.com.br.

RESUMO

Este trabalho teve o objetivo de avaliar o nível de satisfação de pais, familiares e cuidadores que tiveram crianças e adolescentes entre 07 a 15 anos com altas habilidades, atendidas pelo Projeto Aprender a Pensar (PAP). As crianças atendidas foram submetidas às diversas ferramentas que estimulam a pensar e solucionar problemas. Esta avaliação foi realizada através de um questionário que foi disponibilizado pela plataforma Survey Monkey, onde 38 pais e responsáveis dos alunos atendidos pelo programa responderam. Evidenciou a importância que o projeto traz em oferecer um atendimento diferenciado às crianças com altas habilidades, que segundo os relatos dos familiares, o projeto proporcionou aos participantes desenvolvimento de suas habilidades, trazendo assim qualidade de vida através da interação de suas individualidades.

Palavras-chave: superdotação, aprendizagem, ferramentas.

INTRODUÇÃO

O Programa Aprender a Pensar (PAP) foi criado para ajudar crianças e adolescentes com inteligência médio-superior e superior, no desenvolvimento das habilidades cognitivas e, em especial, a criatividade, utilizando uma metodologia ativa e as chamadas “Ferramentas Para Pensar”, criada pelo psicólogo norte-americano Edward de Bono. Assim sendo, compreender como e o que são as “Ferramentas Para Pensar”, as expectativas dos pais em sobre o Projeto e de que maneira o Projeto Aprender a Pensar (PAP) afetou a familiares e os participantes.

Desta maneira, pretende-se discorrer neste artigo a importância do Projeto Aprender a Pensar, e o grau de satisfação de familiares/cuidadores de crianças atribuem a participação no Projeto.

A problemática apresentada foi qual o nível de importância e satisfação que familiares/ cuidadores de crianças com altas habilidades atribuem a participação no Projeto Aprender a Pensar (PAP)?

Reconhecemos que os programas de extensão no IES tem grande relevância na formação acadêmica dos alunos e, igualmente atingem de maneira positiva a comunidade, portanto é necessário avaliar continuamente esses projetos, com intuito de aperfeiçoá-los. Em destaque nesta pesquisa o Projeto Aprender a Pensar.

METODOLOGIA

Participantes: Para realizar essa pesquisa foram selecionadas 187 fichas de participantes, mas apenas 38 se dispuseram a responder o questionário (anexo), sendo eles os pais das crianças superdotadas, que receberam atendimento do Projeto Aprender a Pensar (PAP) oferecido pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Participaram ainda três estudantes (voluntárias) do curso de psicologia e dois professores supervisores. Esse programa contempla alunos da comunidade goianiense de todas as classes sociais.

Procedimento: Para a realização da pesquisa as alunas fizeram um sorteio, no qual o selecionado foi o tema superdotação. Após o tema escolhido as alunas entraram em contato com a professora responsável pelo Projeto Aprender a Pensar (PAP) e foram disponibilizadas as fichas de alunos e selecionados os dados dos mesmos, com o percentil acima de 90, atendidos pelo projeto, entre 2011 e 2015/1. Os participantes foram contatados via ligação telefônica, WhatsApp e informados de que receberiam um questionário e um termo de consentimento livre esclarecido via e-mail através da plataforma Survey Monkey. Tais fichas foram distribuídas entre as participantes do grupo formado por seis alunas do 3º período do curso de psicologia.

Instrumentos: Foram utilizados telefone fixo e celular, para fazer contato com os pais dos participantes, caneta e papel para anotar os dados dos mesmos, computador e a plataforma Survey Monkey para o envio, coleta e análise dos dados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO.

A seguir, é apresentada a síntese interpretativa dos dados analisados, e em seguida, as considerações finais.

Após a análise de perfil dos participantes da pesquisa (pais) e de ex-participantes do Projeto Aprender a Pensar, e constar o meio de divulgação em que tiveram conhecimento do projeto. Ressalta-se que aproximadamente 48% dos participantes do projeto, tiveram conhecimento do mesmo através de antigos participantes do projeto (alguém que já participou do projeto). Certificamos que aproximadamente 70% são meninos e 30% meninas, na faixa etária de 8 a 15 anos de idade.

Perguntou-se aos participantes o grau de satisfação atribuído ao PAP. Em uma escala dentre ótimo, bom, regular, ruim e péssimo. Os dados, apresentados abaixo, apontam para uma percepção positiva do Programa. 97,4 % atribuem bom ou ótimo, cumprindo suas expectativas.

Afim de conhecer a percepção de melhora dos participantes do Projeto Aprender a Pensar, foram apontados inúmeros fatores como: Habilidade e comunicação; A sociabilidade e flexibilidade de opinião; A autoestima; Ansiedade; Respeito as regras familiares, do PAP, e da escola; Timidez; Atenção Concentrada; Desenvolvimento do raciocínio; A responsabilidade e resolução de problemas diários; Tomada de decisões; Criatividade; e Desempenho Escolar. O levantamento de dados foi feito com auxílio de uma escala Likert, de 1 a 5, em que 1 (não melhorou, em absoluto) e 5 (sim melhorou consideravelmente). A partir da análise de dados, constatou-se a necessidade de maior dedicação nos indicadores que não tiveram escores altos, tais como: sociabilidade e flexibilidade de opinião e ansiedade.

Existe uma crença, um julgamento social que crianças com altas habilidades/superdotadas, são gênios, crianças que já nascem prontas e não precisam de estimulação. Porém, crianças com altas habilidades precisam de estímulos ambientais para o desenvolvimento de suas aptidões.

Devido a esse julgamento, crianças com altas habilidades são subjulgadas como egoístas, esnobes etc. Assim, sequelas emocionais são observadas como ansiedade e dificuldade em produzir um autoconhecimento adequando e ter uma boa autoestima.

Sendo assim, é requisitado que o Projeto trabalhe mais ativamente nesses quesitos, de para que então essas crianças sejam alcançadas em sua totalidade.

Quesitos como atenção concentrada, desenvolvimento do raciocínio, e criatividade, apresentam altos escores, o que esperava-se, visto que estes são os pontos principais da ementa do Projeto.

Nota-se que 81% dos participantes apontam consideráveis mudanças sociais. Demonstrando que o projeto não gera apenas mudanças nas habilidades cognitivas do participante, mas também gera mudanças no meio familiar. Em depoimentos mostrados abaixo. (tabela 1).

ASPECTOS POSITOS	ASPECTOS NEGATIVOS
' Meu filho melhorou bastante no aspecto socialização, auto-estima, e deveres escolares''	''... tivemos pouco envolvimento familiar e portanto não aproveitamos muito dos benefícios das ferramentas.''
'' Nos ajudou no cumprimento das regras.''	''Não tivemos mudanças significativas.''
'' Auxiliando na resolução de conflitos e tomada de decisões.''	'' ...não consigo compreender a totalidade do projeto, não há esta interação com a família que proporciona isso e que até prejudica uma avaliação...''
''Tornou meu filho mais confiante''	'' Não muita coisa, pois o participante continua do mesmo jeito com a família, muito quieto.''
'' Foi uma experiência importante. Meu filho ...sentiu-se muito valorizado...contribuiu com a convivência familiar.''	
'' Integração, comunicação, respeito''	
'' As crianças melhoraram no quesito ansiedade e isto é muito bom!''	
'' melhorou a forma de pensar.''	

Outro dado constado, é que os pais solicitam maior participação e interação familiar ao projeto e principalmente que o projeto tenha uma continuidade maior. Atribuem que o período de 6 meses é insuficiente para mudanças duradouras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, constata-se que os relatos apresentados pelos pais sobre os aspectos positivos e negativos no projeto, sinalizam o bom andamento do projeto, e que este é de significativa contribuição para o desenvolvimento das habilidades de crianças com altas habilidades/superdotadas.

Considera-se relevante a necessidade de se apoiar e integrar os pais e as famílias que têm entre seus membros, crianças com altas habilidades com informações sobre as ferramentas e metodologia do Projeto, para que seja sempre reforçado no ambiente da criança ao terminar seu período no projeto, para que dessa forma o desenvolvimento do raciocínio e o desenvolvimento sócio-emocional continue a evoluir de forma significativa.

Sugere-se também a mobilização da Universidade, para que esta forneça ao projeto, que é tão bem querido, melhoras em sua estrutura física e divulgação.

Nos percebemos sensibilizadas ao perceber um projeto que possui um real investimento no desenvolvimento de talentos e potencialidades em crianças com altas habilidades/superdotação. Tal que estes ainda não ocupa seu lugar significativo no curso de Psicologia como objeto de estudo e apoio.

REFERÊNCIAS

PIRES, Debora Diva Alarcon (2002). *A Representação Social da Inteligência em Familiares de Adolescentes Considerados Superdotados*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2002.

Alencar. 2001: Alencar e Fleith. 2001: Virgolim.1997

RENZULLI 2004: RENZULLI e REIS. 2012

- Eixo: Ciência, Tecnologias Sociais e Inovações para a Inclusão Social

VESTIBULAR SOCIAL DA PUC GOIÁS-PVS: história e memórias de trajetórias escolares de ingressantes a diplomados.

Autor : LIMA, Tales Damascena de .Bolsista IC CNPQ, PUC Goiás. E-mail talesupa@hotmail.com

Orientador: BALDINO.José Maria .Professor Titular, PUC Goiás. E-mail jmbaldino@uol.com.br

[...] Para a juventude de 18- 24 anos, a academia ou universidade que deverá ser frequentada pelos engenhos mais selectos, a flor dos homens, os outros enviar-se-ão para a charrua, para as profissões manuais, para o comércio, para que, aliás, nasceram (Comênio 1592-1670).

INTRODUÇÃO

No quadro atual da educação superior brasileira, foram criadas iniciativas com vistas à inclusão de setores historicamente excluídos do acesso às formações universitárias. A Pontifícia Universidade Católica de Goiás implantou em 2007 um Programa denominado VESTIBULAR SOCIAL-PVS.

Proponho investigar a história de sua criação, implantação e atualização (balanço de cursos, vagas, índice de desconto e sucesso/fracasso escolar) bem como as trajetórias escolares de duas gerações de universitários do PVS ingressantes-diplomados de cinco cursos iniciados em 2010/01 :História, Pedagogia, Letras, Matemática e Serviço Social.

PROBLEMA DE PESQUISA

O Programa Vestibular Social da PUC Goiás implantado em 2010/01, ao passar por alterações (cursos, vagas e índices de descontos) tem se revelado como uma política de inclusão social ou estratégia mercadológica de preenchimento de vagas ociosas dos cursos em horários com baixas demandas?

OBJETIVOS

GERAL

Desenvolver esta investigação científica acerca do Programa Vestibular Social da PUC Goiás apreendendo referências de sua história e memórias de escolarização dos universitários participantes deste Programa, com vistas a compreender o sucesso/fracasso escolar.

ESPECÍFICOS

- a)- Traçar a trajetória dos Cursos Integrantes do PVS ,demandas,vagas ofertadas-vagas preenchidas, acesso e diplomação dos bolsistas ;
- b)- entrevistar os Presidentes do Diretório Central dos Estudantes (2010/01 e 2015/01) para apreender os sentidos que as entidades de representação estudantil atribuem a este Programa de Acesso à Universidade;
- c)- entrevistar os Egressos do PVS com o propósito de conhecer suas trajetórias de escolarização.

METODOLOGIA

Pesquisa qualitativa, exploratória e crítica. Dos estudos culturais busca-se as categorias de história a partir de fontes documentais e orais como a constituição dos

discursos e das memórias individuais/coletivas. Os procedimentos para a construção do *corpus* empírico serão: documentos e entrevistas.

RESULTADOS ESPERADOS:

- 1- Registros das Memórias da História de criação, implantação e configuração atual do PVS da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.
- 2- Mapeamento das configurações do PVS a partir das alterações institucionais que se efetivaram de 2010/01 a 2015: cursos, vagas e percentuais de descontos das bolsas.
- 3- Aprendizagem científica proporcionada pela experiência discente como objetivo fundamental de programas Institucionais de Iniciação científica.

Palavra Chave: Política de Inclusão Social.

BIBLIOGRAFIA

BOURDIEU, Pierre; CHAMPAGNE, Patrick. Os excluídos do interior. In: NOGUEIRA, Maria Alice at AL(Orgs). **Escritos de Educação – Pierre Bourdieu**. PETRÓPOLIS, RJ: Vozes, 1998.

CASASSUS, Juan. **A escola e a DESIGUALDADE**. 2 ed. Brasília: Líber Livro Editora, UNESCO, 2007.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. DOCUMENTO. In: **Revista Brasileira de Educação**. RJ: ANPED, Jan/Abr. 2011, v. 46.

LE GOFF, Jacques **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas, SP: UNICAMP, 1990.

Painel: Pesquisa na Extensão da PUC Goiás e contribuições para o Desenvolvimento Humano e Local – Auditório da EFPH

AS DINÂMICAS DA FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA E A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Contemporary Family Dynamics and the University Extension

Thais Alves Marinho³

Resumo: Por meio de um estudo sobre a temática da família, no Instituto Dom Fernando da PUC Goiás, busco demonstrar nesse artigo, que a extensão universitária, aliada ao ensino e à pesquisa, se mostra promissora para gerar redes integradas de relações epistemológicas, acadêmicas e comunitárias, alargando campos e fronteiras, saberes e práticas científicas e populares.

Palavras-Chave: Família, Extensão, Ensino, Pesquisa, Diálogo

Abstract: *Through a study on the family theme, at Dom Fernando's Institute at PUC Goiás, I try to demonstrate in this article, that the university extension, coupled with the teaching and research, becomes promising to create integrated networks of epistemological, academic and community relations by extending fields and boundaries, knowledges and practices both scientific and popular ones.*

Key-words: Family, Extension, Teaching, Research, Dialogue

INTRODUÇÃO

Desde seu surgimento, no século XI e XII, a Universidade adquiriu o status de oficial produtora do conhecimento. À medida que a história caminha e as relações de produção e forças produtivas se complexificam, seu papel tem se reconfigurado. Em uma dessas reconfigurações surge a extensão, já no século XIX, com a finalidade de, por meio do conhecimento produzido na academia, direcionar novos caminhos para a sociedade e promover a educação continuada. De lá pra cá, a extensão adquiriu corpo teórico e assumiu a responsabilidade de repensar a relação do ensino e da pesquisa às necessidades sociais, estabelecer o aprofundamento da cidadania e a transformação efetiva da sociedade.

³ Doutora em Sociologia pela UnB, Pós-Doutora em Ciências Sociais pela Unisinos, Professora de Sociologia da PUC Goiás, Assessora de Pesquisa do IDF/PROEX/PUC Goiás, pesquisadora do grupo Cultura, Memória e Desenvolvimento (CMD/UNB/CNPQ), do grupo Sócio-Antropologia dos Patrimônios, Museus e Acervos (GPMUSA/IFS/CNPQ), do grupo Políticas Públicas, Direitos e Democracia (UNISINOS/CNPQ), do grupo MediaLab (UFG/MediaLab/OBEC/CNPQ) e editora adjunta da Revista Arquivos do CMD (www.culturaememoria.com.br/revista). Email: thais_marinho@hotmail.com.

Apesar de a Universidade no Brasil ter se desenvolvido num contexto de Estado Laico, a Igreja Católica se posicionou enquanto instituição de ensino, produtora de conhecimento, capaz de atuar na regulação das esferas culturais, desde os anos de 1930. As Universidades Católicas se especializaram nas ações extensionistas, sua característica marcante é a disponibilidade para o serviço à comunidade atendimento aos mais necessitados, embora tenham se desenvolvido com pouca tradição em pesquisa, como afirma Bartnik (2009).

Em Goiás, a Pontifícia Universidade Católica de Goiás⁴, nos seus 53 anos de existência assumiu essa missão com programas permanentes de extensão que embora diversos em seus perfis, convergem para ações permanentes e pontuais com vistas ao fortalecimento do sistema de proteção, promoção e controle social dos direitos humanos, como também para a reafirmação do compromisso da universidade enquanto organização comunitária⁵ da sociedade civil. Desde 2006, a PUC Goiás, por meio da Pro Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis, conta com a atuação do Instituto Dom Fernando, que coordena quatro programas permanentes, ligados à temática da criança, adolescência, juventude e família.

O IDF desde então tem buscado articular extensão, ensino e pesquisa, produzindo e socializando com a comunidade e os alunos da PUC Goiás conhecimentos oriundos das ciências humanas e sociais numa perspectiva crítica, realizando intervenções artísticas, culturais e sociais, colaborando com a elaboração de políticas públicas relativas às áreas da infância, juventude e adolescência. A proposta do IDF é realizar ações consoantes com os interesses dos atores sociais e com as políticas de ensino, de pesquisa e de extensão da PUC Goiás (Projeto Pedagógico IDF, 2009).

Na atualidade tem se mostrado evidente que o tema da Família ultrapassou a seara privada e adquiriu fórum público, se mostrando cada vez mais um ponto de

⁴ A Universidade Católica de Goiás foi Criada em 17 de outubro de 1959, sendo, portanto, a primeira universidade do estado e do Centro-Oeste brasileiro. Em 2009, adquiriu reconhecimento internacional se tornando Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

⁵ Segundo Gadotti (1990) a expressão "universidade comunitária" vem se firmando mais do que "universidade pública não-estatal" ou "universidade profissional", como prevê a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB - ou Lei n.º 9.394, de 20/12/1996 (BRASIL, 1996) a respeito das Instituições de Educação Superior Católicas. Ainda segundo o autor acima citado, essas universidades não se submetem a interesses empresariais, apresentando vínculos profundos com a região, se distinguem das estatais e das particulares pelo seu projeto pedagógico mais amplo de projeto social e político. A PUC Goiás cumpre todos esses requisitos, mas não assume o compromisso de uma estrutura de gestão democrática, como tem reivindicado a APUC – Associação dos Professores da PUC Goiás e como prevê Gadotti (1990) para as instituições comunitárias.

encontro e embate entre essas esferas. Projetos de leis, discussões e debates sobre o que é a família ganharam a mídia, as escolas, as ruas, os lares... O Estado em sua função de regulador das instituições culturais, logo, providencia instrumentos jurídicos de definição, como as leis que definem os critérios de adoção, como a Lei Menino Bernardo, como a Lei que regulamenta o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto da Juventude, como o Projeto de Lei que quer regulamentar o Estatuto da Família, entre outros . Mas, tais instrumentos estariam de acordo com os anseios da sociedade e consoantes as produções acadêmico-científicas sobre o tema? Qual seria o papel da Universidade na produção desses instrumentos? Como a Universidade pode se tornar a mediadora entre o Estado e a sociedade civil?

Por meio de um estudo acerca da temática da família, no Instituto Dom Fernando da PUC Goiás, acreditamos ser possível, nesse artigo, demonstrar que a extensão universitária se mostra promissora para gerar redes integradas de relações epistemológicas, acadêmicas e comunitárias, alargando campos e fronteiras, saberes e práticas científicas e populares. A proposta do IDF é produzir ações que delimitam a criação de diálogos entre territórios curriculares, culturais e políticos constitutivos e instituintes do ensino (graduação e pós-graduação), pesquisa, extensão e gestão universitária.

A análise irá ocorrer em torno das atividades realizadas e propostas para o ano de 2015 pelo IDF que envolvem a temática da família. A observação foi possível em função de minha atuação como assessora de pesquisa do IDF, cargo que ocupo desde fevereiro de 2014. Serão analisados se os objetivos e metas dos programas e ações do IDF, bem como seus resultados contribuem para pensarmos a temática da família de um ponto de vista plural e que extrapole os muros da Universidade e da Ciência, aproximando ensino, pesquisa e extensão, com as demandas da comunidade.

O INSTITUTO DOM FERNANDO

O Instituto Dom Fernando desde 2006 trabalha com a temática da infância, adolescência, juventude e família. A proposta é produzir e socializar conhecimentos oriundos das ciências humanas e sociais numa perspectiva crítica, bem como realizar intervenções e colaborar com a elaboração de políticas públicas relativas a esses

segmentos, o IDF realiza ações consoantes com os interesses dos atores sociais e com as políticas de ensino, de pesquisa e de extensão da PUC Goiás.

Para atingir esses objetivos, atualmente o IDF, conta com quatro programas permanentes de extensão: o Centro de Pesquisa e Ensino Aldeia Juvenil – CEPAJ (1983), Escola de Circo Dom Fernando - ECDF (1996), Escola de Formação da Juventude - EFJ (2006) e o Centro de Educação Comunitária de Meninas e Meninos – CECOM (1984), vinculados e desenvolvidos por meio da Pró-Reitora de Extensão e Apoio Estudantil da PUC Goiás. Em 2009 o IDF participou de edital e foi escolhida para a capacitação de conselheiros (as) tutelares e conselheiros (as) de direitos dos 246 municípios goianos. Assim, além dos programas de extensão descritos acima, em 2010 o Instituto Dom Fernando cria a Escola de Formação de Operadores do Sistema de Garantia de Direitos da PUC Goiás, conhecida como Escola de Conselhos, cujo objetivo é desenvolver uma política de capacitação consistente e sistemática para os conselheiros dos direitos e conselheiros tutelares no âmbito da formação básica e especializada, promovendo subsídios teóricos e metodológicos para o aperfeiçoamento da prática social de promoção e garantia de direitos da criança e do adolescente e da família.

Cada um dos programas possui sua própria metodologia para promover uma sociedade da paz, por meio da cultura, do trabalho e da cidadania. A ECDF busca promover a cultura e superar as desigualdades sociais, utilizando como ferramenta pedagógica a arte circense, enquanto vertente da arte-educação presente na proposta do Circo Social. Essa metodologia foi escolhida por ser capaz de possibilitar transformações na realidade vivenciada por crianças, adolescentes e famílias, sobretudo por lhes permitir construir uma nova forma de ver o mundo e de estar nele. Sendo assim, a perspectiva não é formar artistas circenses, utiliza-se do circo social como instrumento facilitador da construção do protagonismo infanto-juvenil.

As atividades são desenvolvidas em forma de oficinas que se constituem em recurso metodológico central no processo educativo desenvolvido, fundada no princípio da cultura do lúdico e da criatividade. “São atividades culturais e artísticas que têm como objetivo proporcionar às crianças e adolescentes a possibilidade de aprender brincando, a conviver com as diferenças, a interagir, a decidir em grupo” (E.C., 2007, p. 4). Atualmente estão inscritos na Escola de Circo um quantitativo de 110 crianças e

adolescentes, com idades entre sete e quinze anos. As oficinas são realizadas no turno matutino e no turno vespertino para duas turmas.

A EFJ atua, tendo como referência a realidade e as necessidades dos próprios jovens da região, tendo a sua cultura como ponto de partida, buscando contribuir na formação dos jovens educandos, tanto nos aspectos relacionados à sociabilidade juvenil como ao mundo do trabalho. Seu objetivo é contribuir na formação dos jovens da Região Leste de Goiânia, tanto nos aspectos relacionados à sociabilidade juvenil como ao mundo do trabalho, promovendo a inclusão social, por meio de programas e projetos que levem esses sujeitos a ação/reflexão das mudanças ocorridas no mundo contemporâneo, nos seus aspectos produtivos/tecnológicos, políticos e simbólicos, tendo como referência as experiências de educação popular, dando destaque a: relação dos homens e mulheres com o mundo do trabalho, inovações no campo da produção, cidadania e a sociabilidade juvenil, questões cotidianas que se apresentam como problemas enfrentados pela juventude.

Os trabalhos na Escola de Formação da Juventude se realizam por meio da elaboração/execução de projetos. Hoje ela oferece cursos em parceria com o SENAI/PRONATEC (auxiliar administrativo, inglês básico, qualidade no atendimento ao cliente, técnico em vendas, recepcionistas, auxiliar de departamento pessoal e operador de computador), Curso Básico de Produção de Áudio Visual com a ONG Movimento e Ação (financiamento da PETROBRAS), Departamento de Computação da PUC Goiás (inclusão digital) e trabalha com o Projeto de Vida – formação para o exercício da cidadania e do protagonismo.

O Cecom é um espaço de convivência comunitário dedicado à promoção da cidadania de crianças, adolescentes, famílias e desempregados, sendo referência de apoio, entre outros, aos bairros das regiões Mendanha e Noroeste de Goiânia e dos Municípios circunvizinhos. O Cecom compreende a questão da infância em suas diferentes manifestações e desenvolve suas atividades, por meio de diversos programas de atendimento e formação permanente dos educadores com o propósito de subsidiar intervenções e de colaborar com proposição de políticas públicas voltadas para a infância, adolescência e famílias. A participação do CECOM no IDF, inicia-se em abril de 2015, por esse motivo suas atividades não serão analisadas nesse artigo.

O CEPAJ desenvolve metodologias de atendimento psicossocial (individual e grupal) para crianças, adolescentes e famílias em situação de vulnerabilidade social e ações sócio-educativas que visam à prevenção da violência contra crianças e adolescentes (palestras, articulação junto aos movimentos sociais/populares, bem como intervenção nas escolas e instituições da região).

O CEPAJ reconhece como um dos seus principais objetivos o vínculo entre a produção/sistematização de conhecimento e realidade social, prática fundamental no processo de reconstrução do significado do ser criança e adolescente. Recentemente, o CEPAJ foi transferido para a região noroeste, onde ganhou uma nova sede que foi inaugurada no dia 03 de junho de 2015. Por isso, entre 2014 e 2015 as atividades do CEPAJ foram parcialmente suspensas. Por esse motivo, esse programa não será analisado nesse artigo.

O IDF, por meio desses programas e da atuação de seus assessores, atua na proposição de subsídios para a elaboração de políticas públicas, bem como na articulação com os movimentos sociais e as entidades das áreas da infância, da adolescência, da juventude e da família. Para isso, possui membros representantes no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA, no Fórum Goiano de enfrentamento à Exploração Sexual contra Criança e Adolescente, na Rede de Atenção a Mulheres, Crianças e Adolescentes em Situação de Violência Sexual, no Núcleo de enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, no Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, na Rede de Proteção a Juventude (CAJU) Quer Viver, no Comitê de Erradicação do Trabalho Infantil e no Conselho da Juventude.

Além disso, estabelece articulações e parcerias com os Conselhos Tutelares de Goiânia e do interior do Estado, com a Delegacia de Proteção da Criança e do Adolescente (DPCA) e com o Ministério Público/Centro Operacional da Infância e Adolescência. É desenvolvido, também, um conjunto de parcerias e articulações com movimentos organizados, como o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua/Goiás (MNMMR), e o Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro (PAIR). O IDF promove, ainda, articulação e assessoria junto aos trabalhos com o Conselho Brasileiro para Superdotação (CONBRASD), com o Núcleo de Atividades de Altas

Habilidades/ Superdotação (NAAS) da Secretaria Estadual de Educação (SEE) e com as Secretarias Municipais de Educação, Saúde e Assistência Social.

OS PROGRAMAS E AS FAMÍLIAS

Todos os programas do IDF utilizam como metodologia a inserção das famílias em suas atividades. A proposta é que o contato entre os profissionais dos programas, os alunos, os estagiários, os monitores e as famílias permitam o diálogo e a discussão acerca dos problemas enfrentados pelas famílias em suas relações internas e externas, proporcionando um intercâmbio de conhecimentos, de modo que o conhecimento que emerge do ensino e da pesquisa seja reflexivo, o que demanda uma presença curiosa do sujeito face ao mundo. Mesmo com uma identidade católica, seguidora da *Ex Corde Ecclesiae* de João Paulo II, que defende que a função da instituição é dar especial atenção às dimensões éticas e religiosas e ainda proclamar verdades incômodas, que não lisonjeiam a opinião pública, para salvaguardar o autêntico bem da sociedade. O IDF entende que tais verdades sejam construídas a partir do diálogo com a comunidade, rejeitando uma postura autoritária.

Essa postura presente nas ações de extensão responde à crítica de Paulo Freire (2006) às ações extensionistas concebidas como dádiva ou caridade e que assumiu ao longo da história um caráter de imposição cultural, indicando a ação de estender alguma coisa a alguém que recebe. Nessa gnosiologia a extensão seria reduzida a transmissão, entrega, doação, messianismo, mecanicismo, invasão cultural e manipulação. O intuito do extensionista, visto como o dono do conhecimento, seria o de domesticar as pessoas com quem trabalha e que nada sabem, seria o de “estender” o conteúdo estático a um sujeito que se torna mero depositário de conteúdos.

Uma das estratégias utilizadas, para se afastar dessa postura autoritária e ter um contato dinâmico e reflexivo com as famílias, é por meio da oferta de estágios para todos os cursos de graduação que realize atividades relacionadas ao trabalho educativo/preventivo com crianças, adolescentes e famílias. Os cursos de pedagogia, psicologia, serviço social, nutrição, fonoaudiologia, enfermagem, computação, dentre outros estão constantemente participando das atividades das Escolas. A inserção de

estagiários está condicionada à presença de profissional ou docente da área que se responsabilize pela sua supervisão.

A equipe dos programas do IDF também presta informações a alunos de graduação ou pós-graduação que, sob supervisão de seus respectivos orientadores/professores, desejam desenvolver atividades de pesquisas nos Programas. Para a realização da pesquisa, o Projeto passa necessariamente pela apreciação da equipe e deve ter sido previamente aprovado pelo Comitê de Ética da PUC Goiás ou por ela referendado.

Essa abordagem, que coloca como central a família, possibilita a apreensão da dinamicidade e a complexidade dos significados erigidos a partir das relações humanas, já que leva em consideração que a realidade é composta por agentes com capacidade de processar a experiência social e de delinear formas de enfrentar a vida, mesmo sob as mais extremas formas de coerção, assim como defende Anthony Giddens (1991), que sintetiza essa capacidade a partir do conceito de agência.

No entanto, apesar de admitir a existência da agência humana, que se manifesta mais num plano de consciência prática, do que discursiva, a metodologia de trabalho com as famílias por parte do IDF compreende que, como previne Marx (2004) os atores não são capazes de alterar as circunstâncias que se encontram com a simples força de vontade.

Por isso, a metodologia, embora aberta, busca potencializar a importância do papel da família na educação de seus filhos. Segundo os dados obtidos pelas entrevistas com os profissionais e a partir do projeto pedagógico dos programas, é possível observar que há um trabalho de reconstrução sócio-histórico das famílias, e por meio dessas informações busca-se trabalhar com estratégias mediacionais, embasadas em seu meio sociocultural, sem necessidade de instrumentos sofisticados para sua implementação. A ideia é empoderar as famílias para superar a situação de desigualdade social que se encontram e além disso, gerar a oportunidade para que possam estabelecer um diálogo e um convívio mais aberto com seus filhos.

A EFJ, por exemplo, possui o projeto Integra Mais, que promove encontros periódicos com as famílias dos alunos e equipamentos sociais, visando o fortalecimento das famílias no exercício da cidadania e dos direitos sociais. Esse ano promoveu 3 encontros de acolhimento aos pais que discutiram temas como a diminuição da

maioridade, modelo de novas famílias, sexualidade, discussões sobre como lidar com adolescentes e jovens e que promovem o diálogo entre pais e filhos.

Além disso, a EFJ promove o Projeto de Vida, que busca promover condições para os jovens refletirem sobre suas possibilidades e se reconhecerem “enquanto sujeitos autônomos a contribuir para a valorização da vida, para reduzir os fatores de risco, promover a prevenção, educação e fomento de uma mentalidade de preservação e de qualidade da saúde mental em jovens submetidos à vulnerabilidade social”. Para tanto, duas vezes por semana ocorrem rodas de conversas com professores, pesquisadores, estagiários e os alunos, sobre os temas sugeridos pelos próprios alunos da escola. Ao final do semestre a EFJ promove um encontro entre pais e filhos na escola para que os temas sejam discutidos e dialogados em conjunto.

A ECDF, também realiza encontros periódicos com a família. Para ingressar na Escola de Circo Dom Fernando a família realiza a inscrição da criança ou do adolescente por meio de formulário próprio preenchido por assistentes sociais ou estagiários de Serviço Social. É um momento de acolhimento da família e também de obtenção de informações socioeconômicas, educacionais, de saúde, dentre outras para conhecimento mais aprofundado de sua realidade. Os dados obtidos nos formulários servirão para a caracterização socioeconômica das famílias participantes da Escola de Circo Dom Fernando e para definição das ações a serem implementadas, além de contribuírem para as pesquisas acadêmicas em seus diversos níveis – iniciação científica, trabalhos de conclusão de cursos, dissertações e teses. Um trabalho semelhante também é realizado pelo CECOM com o **Programa Dialogando com as Famílias – PDF**.

Essa estratégia de inserção das famílias no processo educativo e de empoderamento dos adolescentes e crianças que participam dos programas se torna fundamental. Isso porque como afirma Bourdieu (1989), aprendemos a ser pais e a educar nossos filhos, a partir, da estrutura simbólica a que estivemos expostos, e tendemos a reproduzir tal estrutura em nossas práticas educacionais aplicadas aos nossos filhos. Nessa perspectiva, os indivíduos à medida que são submetidos aos processos de socialização incorporam disposições duradouras, ou seja, uma “gramática geradora”, um repertório de práticas e conhecimentos conforme a estrutura objetiva, ou seja, o capital cultural a que tiveram expostos, que orienta a conduta e a cognição

individual, e que Bourdieu (1989) chama de *habitus*. Esse ciclo incessante de reprodução do *habitus*, e, portanto, da capacidade cognitiva, só pode ser rompido caso o indivíduo em questão assuma uma postura reflexiva em relação às suas próprias práticas, ou seja exposto a outros ciclos de conhecimento.

Os programas do IDF apresentam alternativas promissoras de institucionalização das esferas culturais, atuando como promotores culturais e sociais, já que disponibilizam, a partir de sua vinculação com uma instituição de ensino, acesso a informações que ultrapassam o *habitus* dos indivíduos que atende, sem desvalorizar os conhecimentos que lhes são próprios.

Uma amostra disso é que a metodologia da Escola de Circo Dom Fernando visa contribuir para preservar os aspectos considerados positivos na família, como atesta a coordenadora da ECDF, como também rever aqueles por eles considerados nocivos ou falhos, dentro das relações de poder atuais, buscando juntos, equipe e família, alternativas que possam indicar os rumos para uma convivência menos conflituosa e que possa contribuir para que os indivíduos superem as desigualdades sociais.

Essa didática é capaz de gerar a possibilidade de monitorização reflexiva da ação, já que por meio da arte, atua na consciência prática e possibilita que os atores desenvolvam a competência para racionalizar suas ações. Como afirma Bourdieu (1989) essa racionalização depende de um contínuo entendimento teórico que os indivíduos mantêm sobre as bases de suas ações, ou seja, da reflexividade. Por isso, que a arte se torna uma ferramenta fundamental, porque se a consciência prática é condicionada pelas condições objetivas, para que os indivíduos consigam ampliar seu campo cognitivo e associar à reflexividade múltiplas referências cognitivas, torna-se necessário complexificar os esquemas de percepção da realidade envolvente e da ação social dos agentes. A arte e a ludicidade cumpriram esse papel na formação cognitiva dos agentes, o que torna a metodologia da Escola de Circo Dom Fernando altamente eficiente e promissora na superação da desigualdade social.

O SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE FAMÍLIAS NA CONTEMPORANEIDADE

Todo esse trabalho com as famílias possibilitou à equipe do IDF perceber que as famílias são plurais, constituídas de formas múltiplas, cada qual com sua história

particular e trajetória. São encontradas famílias monoparentais⁶, pluriparentais⁷, homoparentais⁸, reconstituídas⁹, nucleares¹⁰, união estáveis¹¹, anaparentais¹², eudemonistas¹³. Essa realidade parece indicar que a família contemporânea é relacional, tanto pública, quanto privada e individualista, e se define mais pelas relações internas travadas no cerne familiar e menos como instituição secular atemporal.

Ao observar essa pluralidade e por compreender a importância da família enquanto mercado simbólico, instância de legitimação e espaço instituidor de competências necessárias aos agentes para atuarem nos diferentes espaços sociais, o

⁶ **A Família Monoparental** é constituída por uma pessoa, independente de sexo, que encontra-se sem companheiro, porém vive com um ou mais filhos. Pode ocorrer do fim de uma família bioparental, ou seja, como ocorre com as viúvas, separadas, adoção, divorciadas e solteiras que a princípio viviam em união estável, ou até mesmo em casos de ser por opção. O Estatuto da Criança e do Adolescente, ECA, prevê a possibilidade, independente do estado civil uma pessoa sozinha, tanto o homem quanto a mulher, poderá adotar uma criança, e assim se tornar uma família, está disposto no art. 42 do ECA.

⁷ A Família Pluriparental é aquela onde há a convivência familiar dos parentes colaterais, não importa a igualdade ou diferença do grau de parentesco entre eles. Assim, tios e sobrinhos que vivem em família constituem uma família pluriparental. Igualmente, os irmãos e até os primos que mantêm convivência familiar, são outros exemplos. Também se encaixam no conceito de pluriparentalidade os vínculos que se estabelecem com mais de duas pessoas desempenhando as funções parentais. Estas são novas realidades cada vez mais frequentes, principalmente quando são utilizadas as modernas técnicas de reprodução assistida, em que mais de uma pessoa faz parte do processo procriativo. Nada justifica alijar qualquer delas do vínculo de filiação.

⁸ A família homoparental é aquela que está na situação na qual ao menos um indivíduo homossexual assume a responsabilidade por uma criança. O termo homoparentalidade é originalmente francês e foi criado em 1997, pela APGL (Associação de Pais e Futuros Pais Gays e Lésbicas) (Roudinesco, 2003). O uso do termo tem levantado polêmica, pois, segundo alguns autores, destaca a questão da sexualidade atrelada à parentalidade, entretanto a sustentação de seu uso permite dar visibilidade e difundir o diálogo e reflexão acerca deste (Grossi, Uziel e Mello, 2007).

⁹ **A Família Reconstituída** ocorre em ocasião do divórcio, surge então a chance de uma nova família. Além de juntar marido e mulher, também os filhos provenientes de relações anteriores, vivendo todos sobre o mesmo teto. Seja proveniente de um novo casamento ou uma união estável, os filhos possuem origens distintas quanto a paternidade biológica. Diante da realidade atual, este modelo tende a aumentar sua incidência.

¹⁰ **A Família Nuclear** era considerado como único e legítimo modelo de família, onde tinha o homem, a mulher e seus descendentes, essa é a proposta defendida pelo PL 6583/2013. Era o modelo inspirado na Revolução Industrial. Reflete a ideia de sociedade dinâmica e mais produtiva. Pois era como um núcleo pequeno, onde um chefe provedor do lar, poderia com facilidade resolver questões geográficas ou sociais. Representando assim, um modelo de sociedade capitalista.

¹¹ **A União Estável surge** com o advento da Constituição Federal de 1988. No passado era estigmatizada pela expressão de concubinato, em que a mulher era classificada vulgarmente como amante ou amásia, foi equiparada à figura de entidade familiar. É definida como aquela formada por um homem e uma mulher livre de formalidades legais do casamento, com o animus de conviverem e constituir família. Em assim sendo, se a união estável é entidade familiar, como também o casamento, não há como se fugir da conclusão de que as regras do instituto da guarda devem ser aplicadas à união estável.

¹² **Família Anaparental é aquela onde ocorre** a convivência de pessoas sem vínculos parentais que convivem por algum motivo, possuindo uma rotina e dinâmica que os aproximaram, podendo ser estas afinidades sociais, econômicas ou outra qualquer.

¹³ **Família Eudemonistas**, a princípio pode ter uma formação convencional, pais, filhos, mas ao observar sua constituição, nota-se que em seus indivíduos existe pouco apego a regras sociais que formulam as famílias mais tradicionais, religião, moral ou política.

IDF buscou organizar um Simpósio Nacional sobre Famílias na Contemporaneidade, realizado entre os dias 28 e 29 de maio de 2015, no aditório da Escola de Formação de Professores e Humanidades da PUC Goiás, que contou com apoio financeiro da FAPEG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás.

A principal motivação do simpósio era contrastar a realidade encontrada na região leste de Goiânia, com as discussões que fundamentam o Projeto de Lei nº 6583, de 2013, de Anderson Ferreira, que "dispõe sobre o Estatuto da Família e dá outras providências". Tais discussões se fundamentam na crença de que vivemos uma “crise da família”, ocorrida pelos efeitos da generalizada aceitação social do divórcio, do declínio da instituição do casamento e da baixa taxa de fecundidade. Esses acontecimentos tanto indicaram a compreensão de que se delineara o enfraquecimento da família, quanto sugeriram a análise do surgimento de novos modelos familiares, caracterizados, por sua vez, pelas mudanças nas relações entre os sexos e as gerações, tais como: controle mais intenso da natalidade, autonomia relativa da sexualidade referente à esfera conjugal (posto que o exercício da atividade sexual deixa de estar circunscrito à esfera do matrimônio), inserção massiva da mulher no mercado de trabalho, questionamento da autoridade paternal, atenção ao desenvolvimento das necessidades infantis e dos idosos, entre outras.

Esse simpósio visou promover um amplo debate com várias áreas do conhecimento cujas especialidades orientam os diversos setores da sociedade sobre as dinâmicas ocorridas na família, tais como justiça, educação, assistência social, política, cultura. Na ocasião houve a oportunidade para alunos de graduação, pós-graduação, pesquisadores, profissionais e membros da sociedade civil compartilharem suas experiências, suas dificuldades na prática profissional, conhecerem iniciativas de outras áreas e regiões. A proposta era estimular o diálogo com instâncias macro e microssociais, tais como o Estado, a escola, a academia, a família, os equipamentos sociais, os serviços de saúde, buscando rever a compreensão da família como um processo social em construção e mudança, destacando os novos arranjos e composições familiares.

Para tanto, ocorreram três conferências, seguidas de debates. A primeira foi ministrada pela blogueira (www.escrevalolaescreva.blogspot.com.br) Dra. Dolores Aronovich Agüero, que também é professora adjunta de Literatura-Ingês na

Universidade Federal do Ceará, em Fortaleza, que falou sobre a questão do gênero e da família. A segunda Conferência sobre os aspectos jurídicos da família, foi ministrada pelo Juiz Federal e professor universitário DR. Roger Raupp Rios. A terceira conferência foi com o antropólogo Dr. Flávio Luiz Tranovski, professor da Universidade Federal do Mato Grosso, que falou sobre a origem e os diversos conceitos sobre família. Também tivemos uma mesa redonda com a psicóloga e professora Esp. Vera Lúcia Morselli, com a professora Dra. Carolina Teles Lemos, ambas da PUC Goiás e com a professora da Universidade Federal de Goiás e socióloga Dra. Eliane Gonçalves, que discutiram sobre o tema da Família, do Afeto e do Trabalho.

Além dessas atividades, ocorreram apresentações de trabalhos inéditos (os trabalhos podem ser lidos na íntegra no site do evento) de pesquisadores de pós-graduação, graduação e professores selecionados pela Comissão Científica do Simpósio. Foram doze trabalhos apresentados que discutiram a compreensão da família como um processo social em construção e mudança, destacando os novos arranjos e composições familiares, além de dinâmicas que influenciam em sua composição na atualidade, como o processo tecnológico, as doenças sexualmente transmissíveis, a filosofia e a ciência.

Ao todo compareceram quatrocentas e vinte pessoas ao evento entre estudantes, profissionais, pesquisadores e membros da comunidade. Na ocasião discutiu-se sobre a necessidade de alargamento do conceito de família que tem se pautado numa concepção burguesa, capitalista, cristã e ocidental. A maior parte dos participantes, afirmaram que esse modelo faz parte de uma fabulação social, que beira a ficção. Expressa o interesse e a ideologia de construção da nação, fundada sobre princípios capitalistas, e de controle voltado para a produtividade no trabalho, que compõem o advento da modernidade. A proposta higienista e disciplinizadora, desse modelo é de que a família seja composta nuclearmente por homem, mulher e filho, que coabite uma residência, tenha papéis bem definidos de ação, fundados na concepção de gênero feminino e masculino, que seja monogâmica e indissolúvel, voltada para a reprodução.

Os pesquisadores observaram que essa concepção ignora a multiplicidade histórica de formas familiares, que sempre estiveram presentes e é utilizada como instrumento de dominação simbólica e de gênero.

Dominação simbólica porque normatiza um ideal não alcançável pela maioria das pessoas, especialmente em tempos hipermodernos, onde há a exacerbação da

urbanização, da divisão do trabalho pela industrialização e do desenvolvimento de conectividades técnico-informacionais, que possibilita o trânsito intenso de indivíduos, que tendem cada vez mais a se deslocar do centro da família nuclear.

Muitos pesquisadores presentes, e mesmo membros da sociedade civil que expressaram suas aflições pessoais, observaram que a valorização de um único modelo familiar, leva ao sofrimento dos membros de formas familiares diferentes, pela discriminação. A normatização da família nuclear, tende à naturalizar o modelo tradicional, já que este é posto como sendo a-histórico, e conseqüentemente naturaliza os papéis performatizados nele, como o de mulher e a maternidade. Nessa concepção somente a mulher teria o instinto para a maternidade e o dom das tarefas caseiras e teria ainda como função cumprir com as obrigações sexuais do casamento, reforçando a dominação de gênero.

No Brasil, como indicou Roger Raupp, esse modelo ainda passa pelo higienismo racista, que associado ao interesse de construção da nação brasileira, defende uma família, que vai gerar o embranquecimento e eliminar a barreira para o progresso. Da mesma forma que na Europa, no Brasil as diferentes vivências de famílias são ocultadas em prol do modelo tradicional. A poligamia, pluriparentalidade, homoparentalidade, as relações homossexuais e homoafetivas, os casamentos sem coabitação, as pessoas que vivem só são omitidas, negligenciadas e reprovadas. Ao ponto de gerar uma ausência de dignidade e conseqüente ausência de acesso aos direitos de cidadão.

Além disso, quando a família tradicional sofre rupturas, a coerção social leva os indivíduos envolvidos na situação, seja ela divórcio, conflitos, mortes, orientação sexual, ao sofrimento e em alguns casos a dificuldades de adaptação e aceitação gerando o rompimento dos laços afetivos familiares. Especialmente, se há uma influência religiosa na regulação desses afetos.

A comunicação e o diálogo foram apontados como chaves para mediar os conflitos e gerar abertura para as dinâmicas familiares. Além disso, se mostrou por um lado fundamental para a prevenção de DSTs e apoio aos soropositivos. A doença pode ser um elemento agregador da união familiar.

Também foi salientado que a afetividade pode ter um peso diferente para cada pessoa e grupo e não é o critério do estabelecimento da família hetero, nesse caso, seria o sexo, o regulador da união e então usar o afeto para normatizar os casais homo seria

uma nova forma de higienização, como aquela que ocorreu com os negros e com as mulheres que tiveram seus corpos negados a si mesmos. As mulheres porque são proibidas do prazer, os negros porque são proibidos de disseminar suas características e ter orgulho delas, e agora os homens que seriam impuros e anormais, já que não conseguem gerar filhos e não conseguem contribuir com o ideal nacional.

O afeto passa a ser regulado e fundamental para acessar direitos, como se pudéssemos obrigar as pessoas a sentirem afeto por suas famílias, embora seja o afeto o reafirmador de vínculos parentais.

Na ocasião constatou-se que há evidentes forças sociais assimétricas, que operam sobre a definição de famílias, seja no modelo tradicional ou em um considerado mais pós-moderno. A grande questão é avaliar a qualidade das relações de poder postas sobre a concepção de família e quais as consequências que elas geram para a sociedade. Em outras palavras, o modelo que defendemos juridicamente, moralmente e politicamente garante ao maior número de pessoas possível a satisfação da dignidade, ou ao contrário, exclui um número considerável de cidadãos de seu bojo?

As discussões propostas se mostraram eficientes para orientar teoricamente a atuação dos profissionais do IDF em suas atividades cotidianas e serão disponibilizadas permanentemente no site da instituição (<http://sites.pucgoias.edu.br/eventos/institutodomfernando/>), por meio da publicação dos anais do evento. Tanto a comunidade quanto os pesquisadores puderam exercitar o intercâmbio de conhecimentos necessários para a extensão, e houve indicativo do público para que seja realizado no próximo ano uma segunda edição do Simpósio.

PROJETO DE PESQUISA SEGURANÇA HUMANA E LEI MENINO BERNARDO

Outra atividade exercida pelo IDF, que visa garantir que a atividade de extensão consiga aliar as demandas da comunidade com atividades de pesquisa e ensino e ainda subsidiar políticas públicas, é a execução de uma pesquisa sobre as relações entre família, a Lei Menino Bernardo e a sociedade. A proposta do projeto intitulado “Segurança Humana e Família: A Lei Menino Bernardo” é problematizar sobre a situação de violência contra crianças e adolescentes e o papel assumido pelo Estado de

regular a atuação familiar, por meio de instrumentos jurídicos, para minimizar essa realidade. Além disso, buscamos refletir sobre a distinção entre público e privado, e como no momento atual, a associação entre tais esferas se mostra fundamental para pensarmos a Segurança Humana.

Desde 1990 esse debate sobre a atuação do Estado na esfera privada da família tem se acirrado no Brasil a partir da promulgação da Lei 8.069, que dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, instituindo o Estatuto da Criança e Adolescente – ECA. Embora tal lei busque garantir direitos e proteger a integridade e dignidade de crianças e adolescentes, abre o debate sobre a responsabilidade que o Estado, enquanto esfera pública, atraiu para si ao entrar nos lares e interferir nas famílias, na esfera privada, de forma direta e punitiva.

Esse questionamento ganhou novo fôlego com o Projeto de Lei – PL 2.654/03, conhecido como “Lei da Palmada”, que defendia maior tutela para as crianças e adolescentes com previsão de medidas no campo de direito civil em caso de violação do direito a “educação sem violência”, buscava também a efetivação de tratados e compromissos internacionais ratificados pelo Brasil, pela proteção de crianças e adolescentes. E determina uma definição legal clara de vedação total do uso do “castigo físico”, mesmo o educativo, que de acordo com a lei 8069, seria tolerado seguindo o arbítrio do educador. Em 2010, a chefia de assuntos parlamentares da Presidência da República reapresentou ao Congresso esse projeto de Lei reformulado sob o número 7.672/2010.

A principal diferença é que enquanto o PL de 2003 propõe aos agressores o encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família, encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico, encaminhamento a cursos ou programas de orientação e obrigação de encaminhar a criança ou adolescente a tratamento especializado. O PL 7.672/2010 além dessas providências propõe a advertência e a possibilidade de aplicação pela autoridade judiciária de medida cautelar, para afastamento do agressor da moradia comum em caso de reiteração de violência contra a criança. Também previa punição, com multa, de profissionais da saúde, educação ou assistência social que se omitirem de casos suspeitos ou

confirmados de maus tratos, deixando de comunicá-los às autoridades, no entanto essa punição foi vetada pela presidenta Dilma Roussef, ao sancionar o PL que passa a ser a Lei 13010/2014, conhecida como Lei Menino Bernardo.

O contexto de aprovação dessa lei que tramita desde 2003 no Legislativo é elucidativo da urgência de tais medidas. Os índices de criminalidade têm aumentado drasticamente nas últimas décadas, bem como o envolvimento de crianças e adolescentes com o mundo do crime e da violência também salta aos olhos. Como alerta ADORNO (1999) muitas pessoas associam à criminalidade cometida por crianças e adolescentes justamente à proteção legal realizada pelo ECA, segundo esse argumento a criminalidade vem crescendo porque os jovens delinquentes não são punidos, ou quando são, as medidas socioeducativas são brandas comparativamente à gravidade das ocorrências policiais, como roubos, homicídios, estupros, tráfico de drogas, porte de armas. Não é a toa que o debate sobre a diminuição da maioridade para 16 anos tem também ganhado adeptos no Brasil. A Lei Menino Bernardo vem dar volume a esse argumento, uma vez, que protege crianças e adolescentes da agressão física e moral exercida pelos pais, até então entendida como medidas educativas.

Os altos índices de criminalidade associados a crianças e adolescentes dentro dessa perspectiva teria como resultado um contexto social carente de autocontroles e de controles sociais, especialmente, aqueles exercidos pelos pais (ADORNO, 1999). As precárias condições de vida social também aparecem como sendo um dos fatores responsáveis pela ausência de oportunidades de inserção social aos jovens, especialmente a lacuna de oferta de serviços de lazer e ocupação do tempo livre de forma considerada socialmente construtiva. Essas privações de viver sob adequadas condições sociais de existência seriam as principais motivações para que jovens imersos na pobreza, especialmente nas grandes metrópoles, associassem-se à atitudes e grupos violentos (ZALUAR, 1990).

Seguindo um argumento diametralmente oposto, o PL de 2003 (Lei da Palmada) era introduzido pela frase: “Educai as crianças para que não seja necessário punir os adultos”. Tal afirmação indica que as altas taxas de criminalidade estariam de fato relacionada ao excesso de violência emitido pelos pais durante o processo educativo.

Azevedo e Guerra (1995) indicam que a violência doméstica contra crianças e adolescentes é entendida como

atos e/ou omissões praticados por pais, parentes ou responsável em relação à criança e/ou adolescente que sendo capaz de causar à vítima dor ou dano de natureza física, sexual e/ou psicológica implica, de um lado, uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, numa coisificação da infância. Isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento”

A violência doméstica, neste sentido, impactaria a criança fisicamente, emocionalmente e psicologicamente. Tal violência ainda pode ocorrer em quatro níveis: violência física, violência sexual, violência psicológica e negligência (AZEVEDO & GUERRA, 1995). Segundo pesquisas do Laboratório de Estudos da Criança (AZEVEDO & GUERRA, 2011) apesar das consequências da violência doméstica poder variar de criança para criança é provável que as crianças que vivenciem violência em casa se tornem violentas, praticantes de bullying, apresentem problemas emocionais e comportamentais, apresentem crueldade com animais, frequentemente imitam o comportamento dos pais, existe a possibilidade de se tornarem vítimas de abusos, segundo dados estatísticos as chances de crianças que sofreram agressão por parte de mães se tornarem vítimas de abusos é seis vezes maior, e ainda possam ter reações traumáticas ao stress, como flashbacks, pesadelos, preocupação constante com perigo, tenham problemas de saúde na adolescência e na vida adulta, entre outros dependendo do grau de violência sofrida.

Segundo Simone de Assis (2004), que investigou entre 2002 e 2003 estudantes do curso diurno das 7ª e 8ª séries do ensino fundamental e 1º e 2º ano do ensino médio de escolas públicas e particulares do município de São Gonçalo na região metropolitana do Rio de Janeiro, quase um quinto dos 309.216 jovens pesquisados sofre agressões severas, que envolvem chutes, mordidas, espancamento e até ameaças com arma de fogo ou faca. Sendo também frequente a violência psicológica e sexual. Os adolescentes que sofreram maus-tratos, segundo a pesquisadora vivenciam mais episódios de violência na escola, mais agressões na comunidade e transgridem mais as normas sociais, fechando um ciclo de violência.

Apesar desses estudos ainda são esparsos no Brasil estatísticas confiáveis sobre o fenômeno da violência doméstica contra crianças e adolescentes, segundo Azevedo & Guerra (2011) os dados são esparsos, fragmentários, quase episódicos, relacionados mais a incidência e quase nunca à prevalência. Como consequência há poucos estudos que buscam compreender o fenômeno da educação familiar, justamente pelo seu caráter privado. A Lei Menino Bernardo, no entanto, abre uma prerrogativa para pensarmos a questão da educação familiar não apenas como exclusiva ao âmbito privado, já que se trata de uma questão de segurança humana, que embora esteja centrada na garantia dos direitos dos indivíduos, não pode ser dissociada dos quadros institucionais do Estado, tampouco da academia.

O conceito de segurança humana se torna primordial pra pensarmos o fenômeno da Lei Menino Bernardo, por sua ênfase no cumprimento das leis de defesa dos direitos humanos individuais, neste caso relacionados aos direitos das crianças e adolescentes, mostrando que há uma interdependência entre público e privado. Segundo Oriente & Souza (2007) por mais que exista no Brasil um Estatuto que assegura à criança o lugar de sujeito de direitos, “predomina a visão adultocêntrica que invariavelmente tenta calar a voz da criança”, demonstrando que a atuação do Estado no combate à violência doméstica contra crianças e adolescentes não pode ocorrer dissociada da sociedade civil. A proposta da Lei, conforme afirma a juíza da Infância e da Juventude Vera Lúcia Deboni (ELY, 2014), é muito mais simbólica, já que “não traz nenhuma alteração significativa naquilo que o estatuto já previa. O que há é uma tentativa de instalar uma cultura nova no Brasil, onde também se percebe, assim como em outros países do mundo, que a violência física não é construtiva na educação”

É nesse sentido, que o IDF mostra ser fundamental compreender como as ações educativas empreendidas por pais, mães e responsáveis por crianças e adolescentes se configuram em Goiânia, a fim de detectar como se processa no âmbito psicológico e sociológico da criança e do adolescente goianiense a vivência com diferentes formas de violência. Além disso, também propõem, por meio da pesquisa-ação, fazer um levantamento sobre as ações empreendidas pelos profissionais de saúde, educação e assistência social em relação à prevenção, à identificação de evidências, ao diagnóstico

e ao enfrentamento das formas de violência contra a criança e o adolescente da região Leste de Goiânia, Goiás.

Esse conhecimento parece ser útil para identificar as principais dificuldades e desafios enfrentados pelos profissionais dos equipamentos de garantia de direitos em relação à aplicabilidade da lei. Os resultados dessa pesquisa poderão servir de norte para ações extensionistas que visam, além de, difundir formas não violentas de educação, que visem práticas de resolução pacíficas, voltadas para a disseminação da cultura da paz, oferecer formação e capacitação para os profissionais dos equipamentos de garantia de direitos (como conselheiros tutelares e de direitos, profissionais de saúde, educadores e outros) no tratamento às crianças e aos adolescentes expostos à violência doméstica e/ou tratamento cruel e degradante.

Assim percebemos, que por meio da pesquisa e extensão é possível não só conhecer a realidade, mas produzir instrumentos de intervenção, que orientarão o assessoramento das famílias investigadas, bem como de políticas públicas.

Considerações Finais

Diante dos desafios postos para a sociedade e conseqüentemente para as Universidades, o IDF assume o compromisso de aprofundar a atuação de seus programas e projetos de extensão, para além da academia, atingindo a comunidade e trabalhando consoante com o ensino e a pesquisa. A Política de Extensão do IDF, e conseqüentemente da PUC Goiás, busca se afastar do conceito de Extensão impregnado de valores autoritários (funcionalista) incorporando a noção de comunicação e diálogo que garante uma dinâmica ativa, em que o conhecimento que emerge do ensino e da pesquisa possa ser dinâmico e aberto.

A proposta é que esse conhecimento possa servir de base para a formulação dos projetos pedagógicos dos cursos que compõe a PUC Goiás, bem como da atuação discente e docente, por meio de estágios, monitorias e pesquisa. Desse modo, entendemos que a participação da Extensão deve oferecer um horizonte epistemológico, para a formação no campo da graduação e pós-graduação, para estudos de realidades,

para ações sociais, para campos de estágios, para pesquisas, e fundamentalmente para políticas públicas.

Uma das formas encontradas pelo IDF de subsidiar as políticas públicas é por meio de parcerias com órgãos e organismos estatais, federais e municipais, supracitados, e especialmente por meio de representações em Conselhos e Fóruns. Além disso, proporcionar simpósios, eventos, cursos e oficinas de extensão, que possibilitem o intercâmbio entre o conhecimento produzido na academia e fora dela, se mostra uma ferramenta prática para superar os muros da universidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Sérgio; BORDINI, Eliana B. T.; LIMA, Renato Sérgio de. O adolescente e as mudanças na criminalidade urbana. *São Paulo Perspec.*, São Paulo , v. 13, n. 4, Dec. 1999 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000400007&lng=en&nrm=iso>. access on 29 Aug. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88391999000400007>.

ASSIS, Simone G. et al . Violência e representação social na adolescência no Brasil. *Rev Panam Salud Pública*, Washington , v. 16, n. 1, July 2004 . Available from <http://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1020-49892004000700006&lng=en&nrm=iso>. access on 29 Aug. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S1020-49892004000700006>

AZEVEDO, M.A & GUERRA, V.A. *Violência doméstica na infância e na adolescência*. São Paulo: Robe, 1995

AZEVEDO, Maria Amélia e GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. *Violência Doméstica na Infância e Adolescência: uma nova Cultura de Prevenção*. São Paulo: Pleiade. 2011.

BARTNIK, Fabiana Marques Pereira; SILVA, Itamar Mendes da. Avaliação da ação extensionista em universidades católicas e comunitárias. *Avaliação (Campinas)*, Sorocaba , v. 14, n. 2, jul. 2009 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772009000200010&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 06 ago. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772009000200010> .

BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

ELY, Débora. O que diz a Lei Bernardo, que proíbe a palmada como punição. *Diário Catarinense*. 05/06/2014 20:32, disponível em: <http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/noticia/2014/06/o-que-diz-a-lei-bernardo-que-proibe-a-palmada-como-punicao-4519215.html> no dia 20 de agosto de 2014 às 14:30.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 34a edição. São Paulo: Paz e Terra, 2006

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo:UNESP, 1991.

GROSSI, M.P.; UZIEL, A.P. & MELLO, L. (Orgs.). (2007). *Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis*. Rio de Janeiro: Garamond.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1984.

MARX, Karl. (1980) *O Capital: crítica da economia política*. Livro I. Vol. I. Trad. Reginaldo Sant'anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira

ORIONTE, Ivana & SOUZA, Sônia Margarida. Viver em abrigo com a palavra as crianças. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 2(1), São João Del-Rei, Mar/Ago, 2007, p. 106-116.

Projeto Pedagógico da Escola de Circo Dom Fernando. IDF/PROEX/PUC Goiás, 2010.

Projeto Pedagógico da Escola de Formação da Juventude. IDF/PROEX/PUC Goiás, 2009

Projeto Pedagógico do Instituto Dom Fernando. PROEX/PUC Goiás. Goiânia, 2015.

Relatório das Ações e Atividades do Instituto Dom Fernando. Goiânia IDF/PROEX/PUC Goiás, 2013.

ROUDINESCO, E. (2003). *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

ZALUAR, A. "Teleguiados e chefe: juventude e crime". *Religião e Sociedade*. São Paulo, Centro de Estudos da Religião, v.15, n.1, 1990

ESCOLA DE FORMAÇÃO DA JUVENTUDE: DIVERSIDADE, PROTAGONISMO, TRAJETÓRIAS, TRANSFORMAÇÕES E PERCURSOS DE PAZ

José Fernando Duarte

Resumo: Este artigo registra e problematiza a experiência da Escola de Formação da Juventude, vinculada ao Instituto Dom Fernando da PUC Goiás. Analisa-se a trajetória dos últimos anos no campo da garantia e cumprimento dos direitos de adolescentes e jovens da região leste de Goiânia, que se encontram em situação de vulnerabilidade social, baixo poder aquisitivo e dificuldades de custear sua formação profissional.

Palavras Chaves: *Juventude, Formação e Protagonismo.*

Abstract: This paper registers and discusses the experience of Youth School Training (EFJ), linked to the Dom Fernando's Institute at PUC Goiás. It is analyzed its trajectory in the past years in the field of guarantee and fulfillment of the rights of adolescents and youth in the east region of Goiânia, who are in situation of social vulnerability, low purchasing power and difficulties to fund their training.

Key Words: Youth, Education and protagonism.

A juventude representa uma época diferenciada da constituição humana, tendo suas características próprias e específicas, de acordo com Adab (2003). A concepção acerca dessa fase vem sofrendo alterações com o decorrer do tempo, acompanhando essa transformação, vieram às formas de lidar com essa geração.

Quem são esses jovens? De acordo com os critérios estabelecidos pela Organização Internacional da Juventude (OIJ), jovens são pessoas com idade entre 15 e 24 anos. Já o ressoente Estatuto da Juventude considera jovens as pessoas com idade entre 15 e 29 anos. Historicamente as ciências sociais a juventude como uma camada analítica, bem delimitada e coerente. Segundo Bourdieu (1983), não se pode advir no erro de ponderar jovens como se fossem uma unidade social, um grupo estabelecido, dotado de preocupações comuns, e pautar seus interesses a uma faixa etária. Não existe uma juventude, mas sim, juventude, por isso, se torna fundamental conhecer o perfil dos jovens estudados, suas trajetórias de vida, acesso a informação, educação, mídia, relacionamento com a família, espaços frequentados e outros.

Muitas são as definições que começam a surgir com a pretensão de demarcar e fixar um espaço sociodemográfico para a categoria juventude. De acordo como

Abramoway (2006), ser jovem é ser autônomo e fazer com segurança a travessia da ponte que parte do ser criança e termina no ser adulto. A autora arrisca definir juventude como:

“(...) o período da vida em que as pessoas passam da infância à condição de adultos, e durante o qual produzem mudanças biológicas, psicológicas, sociais e culturais, que se realizam em condições diferenciadas, segundo as sociedades, as culturas, as etnias-raça, as classes sociais e o gênero, bem como outras referências objetivas e subjetivamente relevantes para os que a vivenciam”. (Abramoway, 2006).

Atualmente a juventude tem se destacado pela singularidade de suas considerações perante a vida. Por definição, a juventude é criativa. No nível cultural, provoca modismos e formas particulares de comunicação. Reconstrói a linguagem musical, as visões artísticas, atuação política, a vida científica e desportiva, recusando e contrapondo aos conceitos existentes, são capazes de produzir sínteses não vislumbradas em todas as áreas da atividade humana. São abertos para temas diferenciados, e estão sempre interessados em temáticas relacionadas à sexualidade, profissões, uso de drogas (lícitas e ilícitas), violências, preconceito e outros.

A ESCOLA DE FORMAÇÃO DA JUVENTUDE

A Escola de Formação da Juventude é um espaço onde esses adolescentes e jovens tem a oportunidade de expor suas ideias e falar sobre o que mais lhes chamam a atenção, além da oportunidade de se qualificarem para melhores oportunidades empregatícias.

A Escola de Formação da Juventude é uma ação extensionista da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/GO), um dos programas do Instituto Dom Fernando (IDF) ligado a Pró Reitoria de Extensão e Apoio Estudantil (PROEX). Criada em abril de 1997 com o nome de Centro de Educação Dom Fernando (CFDF); atende aos moradores do Jardim Dom Fernando e setores circunvizinhos. Seu público destinatário é a população jovem com idade entre 13 e 29 anos que enfrentam situação de vulnerabilidade social e dificuldades para custear sua formação profissional e seus familiares.

O foco principal do Centro de Educação Dom Fernando foi à qualificação profissional, com oferta de cursos de nível básico nas áreas de higiene e beleza, confecção, informática e panificação. Em fevereiro de 2006, houve um processo de reformulação, o então Centro de Educação Dom Fernando passou a se chamar Escola de Formação da Juventude. A partir desta mudança, constroem-se perspectivas mais abrangentes, referendadas em experiências de educação popular. A E.F.J. passa a direcionar suas atividades, para a juventude da região, oferecendo formação profissional e ações direcionadas a Projeto de Vida, na construção da cidadania, ao Projeto Formação Profissional: O trabalho como Necessidade Social e o Projeto Escola Integrada que visa debater temas transversais nas escolas formais da região.

A mesma busca se apoiar no conjunto das pesquisas elaboradas no campo da Juventude, em nível regional, nacional e internacional, tem como referência as experiências de educação popular desenvolvidas pela PUC Goiás e pelos movimentos sociais com o intuito de desenvolver um trabalho político e pedagógico, no qual, a comunidade possa ter efetiva participação nas reflexões e na definição dos temas a serem abordados, proporcionando à população local a tomada de posição dentro do processo educativo.

O principal objetivo da escola é o de conhecer e estimular a educação e as culturas juvenis, em um processo de participação, que envolva docentes, discentes, alunos e a comunidade como um todo, refletindo e analisando o saber que essa população produz, a partir da prática coletiva das camadas populares.

A Escola de Formação da Juventude atua, tendo como referência a realidade e as necessidades dos próprios adolescentes e jovens da região, tendo a sua cultura como ponto de partida, buscando contribuir na formação desses, tanto nos aspectos relacionados à sociabilidade juvenil como ao mundo do trabalho.

O programa também tem como objetivo sensibilizar esses adolescentes e jovens da importância da educação escolar no processo de melhoria da qualidade de vida e da emancipação humana, os levando a buscar autonomia para que os mesmos possam ser protagonistas de suas próprias histórias.

A E.F.J., se constitui um espaço para estágio obrigatório e voluntariado para os acadêmicos dos diversos cursos da PUCGO, que buscam colocar em prática as teorias

estudadas na academia, visando à troca de experiências e o contato direto com a população da região.

Parte-se da concepção Latino Americano acerca do Protagonismo Juvenil, segundo a qual as práticas desenvolvidas pelos adolescentes e jovens, são de afirmação de direitos e participação política e, de outro, de criação e ação cultural. Trata-se de qualificar a questão a partir dos próprios sujeitos e não a partir dos interesses do mercado, propugnados pelo modelo neoliberal, que tem, também, como intuito redução do papel do estado, precarização e flexibilização das condições de trabalho. (AVRITZER, 2004).

A luta pela cidadania não está restrita aos discursos e à prática política, apesar de serem estas as suas bases, mas necessita de ações de formação para a inserção dos sujeitos na vida produtiva, como o domínio de recursos tecnológicos e técnicas profissionais que possibilitem aos sujeitos sua inserção social, bem como a compreensão e leitura crítica da realidade tendo em vista a conquista da liberdade.

OBJETIVOS DA ESCOLA DE FORMAÇÃO DA JUVENTUDE

- * Contribuir na formação de jovens moradores da Região Leste de Goiânia, com iniciativas relativas ao mercado de trabalho, à sociabilidade juvenil e à relação com a educação escolar.
- * Promover a inclusão social por meio de programas e projetos que levem esses sujeitos à reflexão sobre as mudanças, nos aspectos produtivos tecnológicos, políticos e simbólicos do mundo contemporâneo, incentivando a ação consciente e comprometida.
- * Oferecer ao segmento juvenil orientação e apoio em face de problemas cotidianos relacionados com o papel de homens e mulheres no mundo do trabalho, inovações no campo da produção, cidadania, prevenção e promoção à saúde e sociabilidade.

CURSOS E PROJETOS DA ESCOLA DE FORMAÇÃO DA JUVENTUDE

Os trabalhos na Escola de Formação da Juventude são realizados por meio da elaboração/execução de projetos e parcerias, oferecendo ao seu público cursos como: No curso Informática Básica o participante vai aprender: os recursos básicos do Computador, Sistema Operacional Windows XP, a utilizar o editor de texto Word e trabalhar com a planilha eletrônica Excel; O curso de Auxiliar Administrativo tem por objetivo capacitar os seus participantes para a execução de tarefas relacionadas a rotinas administrativas das organizações, de forma ética, com atitudes proativas e empreendedoras; Curso Básico de Produção Audiovisual promove a educação para qualificação profissional, ampliar as ações de formação de cidadania, possibilitando o acesso à cultura, música, arte e cidadania, através de ações de cidadania. Noções gerais sobre fotografia, filmagem, edição e história do cinema; Curso Manicure e Pedicure tem por objetivo capacitar profissionais para atuarem como manicures e pedicures, por meio do uso de técnicas específicas para o embelezamento e cuidado das unhas das mãos e dos pés, aplicando as normas de biossegurança, bem como planejando e gerindo sua carreira e adotando atitudes empreendedoras; Curso de Salgadeira visa capacitar o profissional para produzir salgados para as mais diferentes ocasiões, utilizando criativamente as diversas técnicas de recheios, cocções e apresentações. Além das habilidades técnicas, o curso estimula o desenvolvimento pessoal e profissional do aluno, abordando noções de precificação e comercialização, além de outras questões ligadas ao empreendedorismo e Oficina de Teatro tendo por objetivo a comunicação comunitária; construção do conhecimento de ser adolescente/jovem; desenvolvimento da múltipla inteligência através de jogos cênicos; a importância de ser adolescente/jovem na comunidade; estimular o potencial criativo e crítico; promover a sociabilidade à expressividade dos adolescentes e jovens; desenvolver a criatividade, empatia e processo para elevação da autoestima, cooperação de grupo; potencializando o ator-cidadão e relação familiar.

O Projeto de Vida tem por objetivo levar o sujeito à compreensão teórica de sua realidade, partindo dos problemas apresentados pelos mesmos em um processo de participação, ou seja, os próprios alunos que conduzem aos temas a serem trabalhados durante o semestre letivo, no qual envolve professores, alunos e a comunidade como um todo, refletindo e analisando o saber que essa população produz, a partir da prática



coletiva das camadas populares; Projeto Escola Integrada tem em vistas levar nas escolas de Ensino Fundamental e Médio da Região Leste de Goiânia palestras, debates e rodas de conversa, que proporcionem a ampliação dos conhecimentos, promoção e prevenção à saúde, clareza dos direitos humanos (esporte, lazer, cultura, arte, educação e outros), fortalecimento dos vínculos familiares, sustentabilidade, condições de reflexão sobre suas possibilidades e de se reconhecer e serem sujeitos protagonistas de suas próprias histórias, além de, contribuir para a valorização da vida, redução dos fatores de risco e educação formal como ponte para melhoria da qualidade de vida; Projeto Formação Profissional: O Trabalho como Necessidade Social integra as famílias no exercício da cidadania e dos direitos sociais por meio da formação humana, social, política, econômica e cultural mediante as atividades desenvolvidas permeadas pelas dimensões ética, metodológica e operativa e Projeto Interagir tendo por objetivo abordar temas atuais levando em consideração a importância da promoção, prevenção e cuidados com a saúde, criar redes de interação com as escolas da Região e anunciar os cursos realizados pela Escola de Formação da Juventude.

PARCERIAS DA ESCOLA DE FORMAÇÃO DA JUVENTUDE

A Escola de Formação da Juventude tem realizado suas atividades através de parcerias com entidades governamentais e não governamentais, parcerias essas, que resultam na oferta de cursos de formação profissional para os adolescentes e jovens da região em que se localiza a escola. Os parceiros são SENAI; SENAC; Movimento e Ação Instituto; Professor Marlos Pedrosa e Departamento da PUC GO (Psicologia, Enfermagem, Serviço Social e Ciências da Computação), além destes, a escola se disponibiliza a outras áreas de atuação, para as quais, os diversos departamentos que compõem a PUC GOIÁS e aos docentes que demonstrarem interesse, possam desenvolver projetos relacionados à juventude que venham ao encontro da proposta pedagógica da Escola.

A parceria com o SENAC resulta na oferta de cursos como Auxiliar Administrativo, Inglês Básico, Salgadeira e Manicure e Pedicure; com o SENAI os cursos de Auxiliar Administrativo, Inglês Básico, Qualidade no Atendimento ao Cliente

e Técnicas em Vendas; com Movimento e Ação Instituto o curso Básico de Produção Audiovisual; com o Departamento de Ciências e Engenharia da Computação da PUCGO o curso de Informática Básica; para execução de todos os projetos (Inclusão Digital, Projeto de Vida, Projeto Formação Profissional, Escola Integrada e Interagir), existe uma parceria com os Departamentos de Psicologia, Serviço Social, Enfermagem e Ciências e Engenharias da Computação.

Os trabalhos vêm sendo realizados conforme necessidades e interesses da juventude da região, levando em consideração sua trajetória e caminhos já percorridos, lembrando que os mesmos possuem dificuldades de custear sua formação profissional e os locais que oferecem esses cursos são de difícil acesso e cobram mensalidades que não lhes são cabíveis, assim, a Escola de Formação da Juventude, busca oferecer tais cursos para que seu público seja capacitado e orientado para alcançar seu objetivo profissional e pessoal, ressaltando, que a mesma tem como objetivo elevar ao empoderamento e protagonismo desses sujeitos, para que possam se tornar cidadãos de direitos, tendo seus direitos cumpridos conforme legislação.

RESULTADOS

Considera-se que, além da participação da juventude nos cursos e nas oficinas proporcionadas pela escola, estes sujeitos tiveram e têm a oportunidade de se integrar em atividades artísticas e tecnológicas, tendo como foco a reflexão de sua realidade e as possibilidades de transformação.

Além desses resultados, a E.F.J. tem contribuído na discussão com os equipamentos sociais da região sobre a realidade dos jovens, proporcionando a ressignificação por parte dessas instituições acerca desses sujeitos e a construção de novas metodologias de trabalho. Os colaboradores da E.F.J. tem participado também nas instâncias de elaboração de políticas públicas para os jovens, como participantes na organização das conferências municipais e estadual de juventude, participação nos fóruns de Educação de Jovens e Adultos e Fórum Mundial dos Direitos Humanos para especificar a realidade dos jovens no interior dessa modalidade, etc.

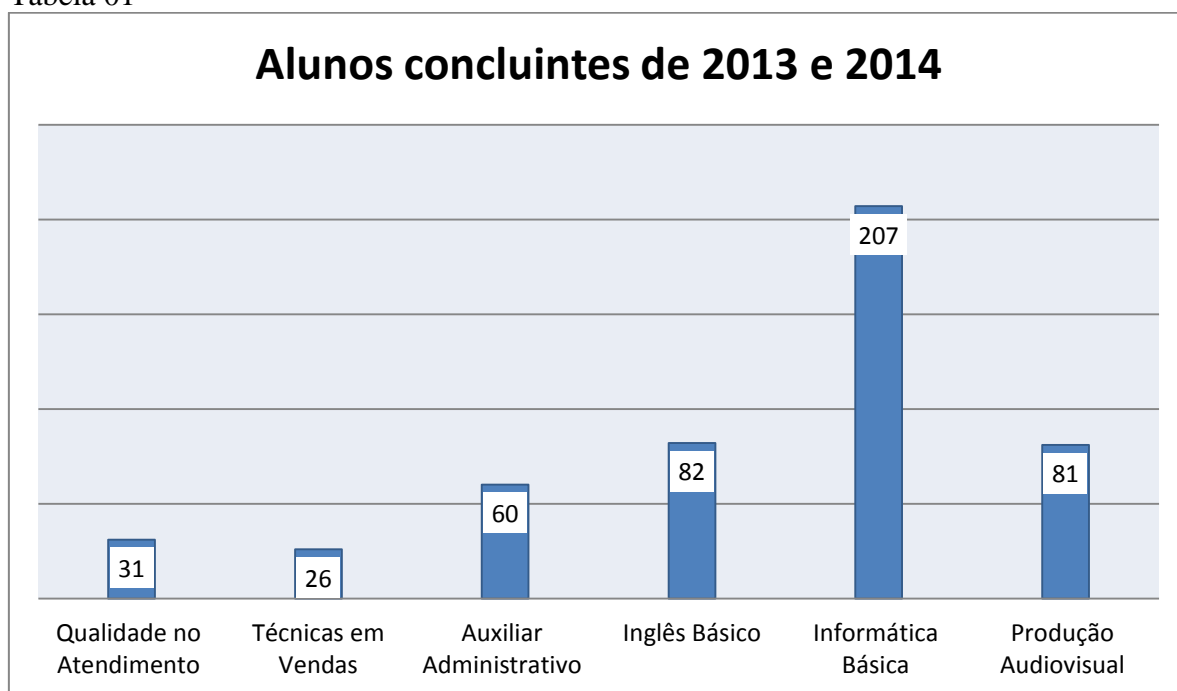
Representantes de instituições formadoras da região, como escolas, igrejas, associações de bairro, tem expressado a importância que os programas do Instituto

Dom Fernando na região. Destacam a necessidade dos trabalhos desenvolvidos pela E.F.J. com a juventude.

Os próprios jovens, em encontros de avaliação, expressam a importância da E.F.J., principalmente no que concerne à disponibilização de um espaço e de atividades específicas para a juventude. Demonstram ainda, a diferença nas relações que se estabelecem entre educadores e educandos, o que consideram como respeitosa e distinta das formas de tratamento de outras instituições formadoras de jovens.

Nos últimos dois anos a Escola de Formação da Juventude formou alunos em seus diversos cursos, assim como mostra as tabela abaixo:

Tabela 01



Fonte: Relatórios anuais de 2013 e 2014 da Escola de Formação da Juventude.

O gráfico acima releva a quantidade de alunos que concluíram os diversos curso na Escola de Formação da Juventude, sendo 31 no Curso de Qualidade no Atendimento ao Cliente; 26 no Curso de Técnicas em Vendas; 60 no Curso de Auxiliar Administrativo; 82 no Curso de Inglês Básico; 81 no Curso de Básico de Produção Audiovisual e 207 no Curso Básico de Informática, chamando a atenção pelo fato das

tecnologias estarem avançando dia após dia e a grande procura de profissionais qualificados para essa área.

A procura por tais cursos, está ligada as características que os jovens apresentam, mesmo sendo da mesma faixa etária, os mesmos demonstram gostos diferenciados. De acordo com Bourdieu (1983), não se pode advir no erro de ponderar jovens como se fossem uma unidade social, um grupo estabelecido, dotado de preocupações comuns, e pautar seus interesses a uma faixa etária.

Dentro os alunos concluintes, 93 são do primeiro semestre de 2013; 174 do segundo semestre; no primeiro semestre de 2014 foram 94 alunos e 87 no segundo semestre. Ressalvo que a menor quantidade de alunos no ano de 2014 é devido à falta da oferta de cursos de Auxiliar Administrativo e Inglês Básico em parceria com o SENAI, sendo que estes eram ligados ao PRONATEC e o mesmo não foi liberado, assim, não sendo ministrados estes na Escola de Formação da Juventude.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Pontifícia Universidade Católica de Goiás, em seu conjunto, coloca-se como um instrumento para a melhoria da qualidade da educação e, por conseguinte, da formação dos sujeitos que atuarão em uma realidade social na sua mais complexa diversidade. A educação popular, por eixo dos programas de extensão, se constitui em *locus* privilegiado no enfrentamento das demandas da realidade social. A partir dela é possível colocar-se o mais próximo possível da população, principalmente, daqueles sujeitos que foram excluídos dos bens simbólicos e materiais produzidos pela sociedade.

São ações junto à juventude no sentido de reforçar as lutas sociais por melhores condições de vida, para todos, especialmente para os que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Não se trata, portanto, de empreendedorismo de indivíduos isolados, mas de ações coletivas com o intuito de proporcionar a melhoria da qualidade de vida de grupos de sujeitos e de transformação social. Trata-se de ações juvenis coletivas e participantes, nas quais se constroem a autonomia e o envolvimento da comunidade com a ação.

A Escola de Formação da Juventude atua com três eixos que são os norteadores da didática, prática e metodologia desenvolvida em seus diversos projetos, sendo eles Formação Profissional, que busca proporcionar cursos profissionalizantes com o intuito de preparar o aluno para a inserção no mercado de trabalho; Política, que tem por objetivo mostrar os diversos caminhos que o mesmo precisa conhecer para buscar e reivindicar seus direitos sendo cidadão, tendo voz ativa na sociedade e sendo capaz de se fazer protagonista de sua própria história e o Cultural que tem por finalidade valorizar e estimular as culturas juvenis, mostrando a grandiosidade cultural da região e valorizando-as, além de elevar o grau de conhecimento dos mesmos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOWAY, Mirian. *Juventude e Juventudes na realidade do Brasil*. Goiânia: 2006. Disponível em:

<http://www.anchietanum.com.br/semana1/julho/segunda/apresentmiriam.ppt>

Acesso em: 25 de Maio de 2015.

AVRITZER, L; Costa, S. *Teoria Crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina*. In: Dados. Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro. v. 47, n 47, 2004, p. 703-728.

BOURDIEU, P. *O campo científico*. In: ORTIZ, Renato (org.). Pierre Bourdieu: Sociologia. São Paulo: Ática, 1983, p. 122-155 (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 39).

_____, et al. *Um balanço preliminar das iniciativas públicas voltadas para os jovens em municípios de regiões metropolitanas*. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/>> [on-line]. Acesso em: 23/05/2015.

_____, _____. *Juventude e Educação: as concepções que permeiam as ações do poder público municipal na Região Metropolitana de Goiânia*. In Anped . 28 Reunião Anual. . CD.Rom. Caxambu. MG., 2005.

_____. *Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acessado em 23/05/2015.

_____. *Lei n.98 que trata sobre o Estatuto da Juventude*. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/mate-pdf/98206.pdf> >. Acessado 23/05/2015.



_____. *Políticas públicas de juventude na Região Metropolitana de Goiânia*. Goiânia, 2005. Disponível em www.acaoeducativa.org.br. Acesso em 20/05/2015.

_____. *Projeto Pedagógico da Escola de Formação da Juventude*. 2012.

_____. *Relatórios Anuais da Escola de Formação da Juventude*. 2013 e 2014.

Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/>: Acessado em 18/05/2015.

Índice Remissivo

A	
A PRÁTICA DA PSICOLOGIA ESCOLAR EM UMA ESCOLA PARTICULAR DO MUNICÍPIO DE APARECIDA DE GOIÂNIA	14
A PRODUÇÃO CIRCENSE NO ESTADO DE GOIÁS	9
AS DINÂMICAS DA FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA E A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	58
C	
CONTRIBUIÇÃO DO IDF PARA A ARTICULAÇÃO DA REDE DOS EQUIPAMENTOS SOCIAIS	40
E	
ESCOLA DE FORMAÇÃO DA JUVENTUDE: DIVERSIDADE, PROTAGONISMO, TRAJETÓRIAS, TRANSFORMAÇÕES E PERCURSOS DE PAZ	80
EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA: NEGRO OLHAR - OMÔNI KIAMPIUKI.....	36
I	
INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS COM SÍNDROME DE DOWN: EXPERIÊNCIA FAMILIAR NO ÂMBITO ESCOLAR.....	47
N	
Nível de satisfação atribuído por pais/cuidadores de crianças à participação no Projeto Aprender a Pensar (PAP).	50
O	
O EMPODERAMENTO DOS PAIS FRENTE AO DIAGNÓSTICO DE SÍNDROME DE DOWN.....	44
OFICINAS SOBRE SAÚDE DO TRABALHADOR:	27
P	
PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA FORMANDOS EM UMA ESCOLA DE JOVENS E ADULTOS.....	18
S	
SEXUALIDADE NA INFÂNCIA: FORMAÇÃO DE PROFESSORES	23
V	
VESTIBULAR SOCIAL DA PUC GOIÁS-PVS: história e memórias de trajetórias escolares de ingressantes a diplomados.	55